

## **ALS: “Autodidactic Learning for Sustainability”**

### **Aprendizagem Autodidacta para a Sustentabilidade**

Conceito e abordagem didáctica para uma formação ALS sobre a gestão sustentável dos recursos naturais (GSRN)

2004



# Índice

|   |          |
|---|----------|
| <b>1. Introdução: “Autodidactic Learning for Sustainability” .....</b>              | <b>3</b> |
| 1.1. Contexto e conteúdo do documento.....  | 3        |
| 1.2. Principais características da abordagem ALS.....                               | 4        |
| <b>2. Conceito para uma formação ALS sobre a GSRN .....</b>                         | <b>5</b> |
| 2.1. Porque a GSRN é essencial no âmbito da política de desenvolvimento? .....      | 5        |
| 2.2. Conteúdo do módulo de base da formação ALS sobre a GSRN: .....                 | 5        |
| <b>3. Preparação e abordagem didáctica para uma formação ALS sobre a GSRN .....</b> | <b>7</b> |
| 3.1. Formação: vista geral .....  | 7        |
| 3.2. Planificação e preparação de um seminário .....                                | 9        |
| 3.3. Avaliação dos seminários .....   | 11       |
| 3.4. Relatórios .....   | 14       |
| 3.5. Introdução à formação .....  | 16       |
| 3.6. Abordagem didáctica .....  | 17       |
| 3.7. Princípios pedagógicos.....  | 22       |
| 3.8. Objectivos da aprendizagem .....   | 26       |

## Anexos

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Anexo 1: Módulo de base sobre a GSRN .....</b>                                      | <b>27</b> |
| A: Aquisição de conhecimentos sobre a GSRN   |           |
| Primeira parte: O que é a gestão sustentável dos recursos naturais? .....              | 27        |
| Segunda parte: Qual é a dinâmica que influencia o grau de sustentabilidade? .....      | 34        |
| B: Contribuir para a GSRN  |           |
| Terceira parte: Como contribuir para a gestão sustentável dos recursos naturais? ..... | 41        |
| <b>Anexo 2: O « seminário do futuro » .....</b>  | <b>48</b> |
| Breve apresentação do método.....  | 48        |

Fotografia da capa: Seminário ALS no distrito de Ancuabe, Cabo Delgado, Moçambique  
(S.L. Mathez-Stiefel, 2002)

## **1. Introdução: “Autodidactic Learning for Sustainability”**

### **1.1. Contexto e conteúdo do documento**

“*Autodidactic Learning for Sustainability*” (ALS) ou “Aprendizagem Autodidacta para a Sustentabilidade”, é uma abordagem inovadora que foi desenvolvida pelo Centro Desenvolvimento e Meio Ambiente (CDE) da Universidade de Berna, no quadro de um mandato para a Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação, para facilitar processos de aprendizagem em grupo sobre assuntos ligados ao desenvolvimento sustentável. O conceito ALS foi primeiro elaborado em janeiro de 1996 e adaptado na base das experiências de oito seminários piloto realizadas em 1998. Até agora, formações de tipo ALS sobre várias temáticas (incluindo a gestão sustentável dos recursos naturais, a mediação de conflitos, os processos de tomada de decisões, o uso eficiente de recursos energéticos, a optimização das estratégias familiares, etc.) foram conduzidas com sucesso em África, América Latina, Ásia e Ásia Central.

O módulo de base da formação ALS sobre a “gestão sustentável dos recursos naturais” visa a capacitação autodidacta de um grupo sobre a gestão sustentável dos recursos naturais. Este método favorece uma aprendizagem tanto individual como colectiva, através de uma aplicação concreta num contexto local determinado. Os seminários incluem membros de uma comunidade e pessoal técnico e são conduzidos no contexto dessa própria comunidade. O objectivo é que os participantes adquiram uma compreensão comum da complexidade das questões ligadas à gestão sustentável dos recursos naturais, através de um intercâmbio de conhecimentos e de experiências pessoais.

Depois de uma breve introdução, este documento visa a apresentar o conceito de base da formação ALS na gestão sustentável dos recursos naturais (Capítulo 2), com uma descrição completa do módulo de formação (Anexo 1). Um segundo objectivo é de dar indicações práticas e didácticas para a condução de um seminário de tipo ALS (Capítulo 3). O Anexo 2 descreve o método do “seminário do futuro”, que é geralmente utilizado no fim da formação para introduzir um processo de aplicação dos conhecimentos adquiridos.

## 1.2. Principais características da abordagem ALS

As principais características da abordagem ALS são as seguintes:

1. Aprendizagem no contexto local

- Os seminários ALS são conduzidos no contexto de uma comunidade
- Os exercícios de campo promovem uma aprendizagem sobre o contexto local, os seus processos e a sua dinâmica

2. Abordagem multi-actor e multi-nível

- Diferentes grupos de actores e as suas perspectivas são representados num seminário ALS
- Os participantes exploram as inter-relações entre os diferentes níveis de acção e de tomada de decisão: família, comunidade, região.
- Os participantes analisam a dinâmica passada e presente, identificam tendências e imaginam o futuro

3. Aprender dentro dum grupo

Os participantes aprendem um do outro e dentro do grupo através de:

- Heterogeneidade dos participantes: mulheres e homens, jovens e velhos, camponeses, aldeões, extensionistas, decisores, etc.
- Intercâmbio de conhecimentos e experiência, reflexão e diálogo
- Exploração e transparência sobre as semelhanças e diferenças das perspectivas dos diferentes actores

4. Pedagogia activa, orientada pelo processo, e localizada<sup>1</sup>

A diversidade de métodos didácticos favorece um processo de aprendizagem activo e holístico através de:

- Jogos de papéis
- Jogos estratégicos
- Exercícios de observação
- Entrevistas
- Visualização
- Exercícios de grupo
- Discussões plenárias

---

<sup>1</sup> A abordagem pedagógica baseia-se no método ICT descrito no capítulo 3.6.

## **2. Conceito para uma formação ALS sobre a gestão sustentável dos recursos naturais (GSRN)**

### **2.1. Porque a GSRN é essencial no âmbito da política de desenvolvimento?**

Enquanto a protecção do meio ambiente tem cada vez mais importância política nos países do Norte, a melhoria das condições materiais da vida é ainda a primeira prioridade nos países em via de desenvolvimento, onde a maior parte da população depende directamente da agricultura. Nas suas economias geralmente pouco diversificadas, os recursos naturais ainda existentes representam o potencial o mais importante de desenvolvimento. A degradação dos recursos naturais renováveis tomou uma dimensão preocupante no contexto das mutações económicas e políticas, e esta situação ameaça de piorar devido ao efeito de sinergia com os fenómenos de empobrecimento. Uma exploração intensiva, mas cuidadosa de guardar o potencial natural é indispensável. No Norte como no Sul, a gestão sustentável dos recursos renováveis constitui o fundamento do desenvolvimento sustentável. Por esta razão, as organizações de desenvolvimento e de protecção do meio ambiente (internacionais, nacionais e regionais, governamentais e não-governamentais) dão uma importância cada vez maior à conservação das bases naturais da vida e orientam as suas acções e programas consequentemente (por exemplo, a elaboração de estratégias ambientais e de convenções relativas ao meio ambiente, a criação de fundos do meio ambiente e de projectos de reabilitação dos recursos ou de projectos agro-ecológicos, etc.)

### **2.2. Conteúdo do módulo de base da formação ALS sobre a GSRN:<sup>2</sup>**

#### **A: Aquisição de conhecimentos sobre a GSRN**

##### **Primeira parte:**

##### **O que é a gestão sustentável dos recursos naturais?**

##### **A.1 : Os recursos naturais**

Como distinguir Natureza e recursos naturais e qual é a sua importância para o ser humano?

##### **A.2 : A gestão sustentável dos recursos naturais**

Quem deve definir a GSRN e como o fazer?

##### **A.3 : Os actores na gestão dos recursos naturais**

Qual a influência dos diferentes actores sobre a gestão dos recursos naturais?

##### **A.4 : Cooperação e competição pelos recursos naturais**

Como se exprimem os interesses variáveis em relação aos recursos e quais as consequências?

##### **A.5 : O contexto local: um sistema**

Qual a relação entre os recursos naturais e o contexto ecológico e social?

##### **A.6 : A gestão sustentável dos recursos naturais no centro do desenvolvimento sustentável**

Por que razão a GSRN ganha em importância para o desenvolvimento?

---

<sup>2</sup> Ver o Anexo 1 do presente documento para uma descrição completa do módulo de formação.

## Segunda parte:

### Qual é a dinâmica que influencia o grau de sustentabilidade?

- A.7 : As interações entre o desenvolvimento e os recursos naturais  
Como os processos de mudança influenciam os recursos e qual a sua relação com os fenómenos gerais de empobrecimento?
- A.8 : A degradação dos recursos naturais: causas, sinais e consequências  
Como distinguir os processos de degradação das mudanças naturais e como os reconhecer?
- A.9 : A ligação entre sistemas de exploração e degradação  
Espaços geográficos diferentes estão na origem da variedade de sistemas de exploração: porque estão ameaçados?
- A.10 : As estratégias endógenas da gestão sustentável dos recursos naturais  
Quais são os factores locais ou endógenos que contribuem para a conservação dos recursos e como são influenciados pelos processos de globalização?
- A.11 : As repercussões da degradação dos recursos naturais na sociedade  
Como é que as sociedades reagem à escassez e destruição dos recursos e qual a dinâmica social assim desencadeada?
- A.12 : Perspectivas de futuro contra as tendências actuais de desenvolvimento  
Que perspectivas opor às tendências negativas actuais e como desenvolver uma responsabilidade comum face ao futuro?

## B: Contribuir para a GSRN

## Terceira parte:

### Como contribuir para a gestão sustentável dos recursos naturais?

- B.1 : Colaborar a diferentes níveis de acção  
O desenvolvimento de abordagens a favor de uma GSRN exige uma acção relativa às condições quadro coordenada e com base nas necessidades locais
- B.2 : Construir sobre estratégias locais  
Os sistemas tradicionais de exploração dos recursos naturais comportam elementos de durabilidade e são flexíveis: os utilizadores locais dos recursos detêm, portanto, uma parte importante da solução para uma GSRN, desde que a sua margem de manobra seja suficiente
- B.3 : A participação como princípio  
O respeito e a integração das opiniões dos grupos locais de utilizadores dos recursos, enquanto actores do desenvolvimento, muito particularmente as percepções dos sub-grupos desfavorecidos e marginais, contribuem para lhes restituir a importância que lhes é devida
- B.4 : Ajustar as medidas  
As medidas a favor de uma GSRN devem ter sentido ecologicamente, socialmente e economicamente e inscrever-se nas estratégias adoptadas pela população local
- B.5 : Resolver os conflitos de recursos naturais  
O reconhecimento do facto que todos são dependentes dos recursos naturais facilita a busca de soluções rentáveis para todos a longo prazo
- B.6 : Elevar a problemática local dos recursos aos níveis superiores  
A necessidade de fazer respeitar as preocupações dos utilizadores locais dos recursos por outros níveis de decisão exige canais de informação

### **3. Preparação e abordagem didáctica para uma formação ALS sobre a gestão sustentável dos recursos naturais (GSRN)**

Quais são os objectivos que pretende atingir? A que pretende dar importância na formação? Que princípios pedagógicos desejaria empregar para atingir os objectivos visados? Uma ou outra destas questões e muitas outras lhe virão certamente ao espírito. As pessoas encarregues da formação de agentes de desenvolvimento e de aldeões são evidentemente responsáveis pelo trabalho que prestam. Esta responsabilidade implica que elas disponham de uma certa latitude para estabelecer o conteúdo temático e pedagógico da formação.

#### **3.1. Formação: vista geral**

|  |  |
|--|--|
| <b>Grupo alvo da formação</b>                    | O grupo alvo é prioritariamente constituído por pessoal técnico e de formações diversas que trabalha no meio rural na área do ambiente ou do desenvolvimento. O trabalho realiza-se em grupo de aprendizagem composto pela metade dos agentes de desenvolvimento e representantes da comunidade local. Todos os membros do grupo de aprendizagem devem possuir experiência e conhecimento do meio rural concreto, quer como utilizadores dos recursos naturais quer como agentes do desenvolvimento. Estando directamente representada no grupo de aprendizagem e indirectamente associada a este processo, a população local constitui um grupo alvo anexo. Ela pode assim aprofundar os seus conhecimentos e desenvolver estratégias que lhe permitirá realizar os seus próprios projectos no quadro GDRN. |
| <b>Data e duração dos seminários de formação</b> | Para o módulo de base, é necessário, no mínimo, um seminário de três semanas. A pedido e de acordo com as possibilidades oferecidas, o seminário pode ser dividida em duas sessões. Contudo, para otimizar o arranque do processo e assegurar uma boa coesão do grupo é indispensável fixar a duração do primeiro bloco em dez dias pelo menos. Também é preciso ter em conta a disponibilidade dos participantes, sobretudo os utilizadores de recursos (calendário agrícola), isto é, não programar o seminário durante os períodos de grande actividade.  |
| <b>Local de formação</b>                         | O seminário deverá ter lugar no seio da comunidade aldeã, isto é, num contexto local. Os participantes deverão viver na aldeia/comunidade durante todo o tempo que durar o seminário. O contacto estreito entre todos os participantes – os agentes de desenvolvimento externos e os utilizadores de recursos locais -, assim como a integração na comunidade aldeã favorecem a confiança mútua e facilitam o processo de aprendizagem.  |

|  |   |
|--|---|
| <b>Manter contactos regulares com a população</b>    | Os formadores / formadoras devem velar para que os participantes, durante a formação, também possam ter contactos regulares com a população da aldeia de acolhimento. Os programas de serões comuns (jogos, contos, etc.), uma hora de perguntas, uma hora em aberto ou a participação dos habitantes em certos exercícios podem permitir ou facilitar esses encontros.   |
| <b>Avaliação da formação</b>                         | No fim da formação, os participantes deverão avaliar o seu trabalho e os objectivos atingidos. As propostas respeitantes à maneira de realizar esta avaliação encontram-se na rubrica „Avaliação dos Seminários”.   |
| <b>Relatórios</b>                                    | O formador deve redigir relatórios para a estrutura local responsável, para o CDE bem como para os participantes.   |
| <b>Certificação</b>                                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Será entregue, pelo CDE e pela estrutura responsável local, a cada participante, um certificado que comprove a participação no seminário de formação. O Certificado é emitido sob a recomendação da estrutura responsável local, após a leitura do relatório redigido pelo moderador que deverá conter uma avaliação do processo global. A estrutura responsável local deve fornecer uma lista completa de informações úteis sobre os participantes, isto é, Título, APELIDO(s), Nome, Função no seio do seminário (p.e., moderador, co-moderador, agente de desenvolvimento, participante camponês), Profissão ou Função na comunidade.</li> <li>- Para o caso dos agentes de desenvolvimento, se possível, Organização onde trabalha e Endereço postal.</li> </ul> |
| <b>Possibilidades e limites do módulo de base</b>    | O objectivo destes seminários é uma formação contínua dos quadros e dos participantes camponeses. A concepção desta formação não permite planificar medidas de desenvolvimento na gestão de recursos de uma aldeia. O processo que teria de ser implementado para uma tal planificação poderia perturbar em grande medida o processo de aprendizagem.   |
| <b>Sequência das diversas etapas de aprendizagem</b> | Para valorizar as vantagens da pedagogia activa, o programa efectivo deve ser continuamente adaptado ao processo tal como ele se desenvolve. Em princípio, todos os temas (A1 – A12), bem como as suas interacções e encadeamentos devem ser tratados. Contudo, o moderador pode determinar a importância a dar aos diferentes temas e a ordem com que devem ser tratados. Pede-se, no entanto, que os moderadores respeitem os princípios e o espírito desta formação (princípio didáctico)  |



### 3.2. Planificação e preparação de um seminário

|  |  |
|--|--|
| <b>Escolha da aldeia / da comunidade</b>                         | <p>Os seguintes critérios devem entrar na escolha de uma comunidade para a organização de um seminário:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Já deve existir uma estrutura de apoio na aldeia / comunidade. Esta estrutura deve ser capaz de acompanhar e apoiar o prosseguimento do seminário.</li> <li>- O ideal seria uma comunidade aldeã de 500 a 1500 habitantes.</li> <li>- Acolhimento dos participantes: a hospedagem dos participantes deve ser assegurada no local.</li> <li>- A aldeia / comunidade e o seu território devem ser mais ou menos representativos da região no que respeita às condições agro-ecológicas, o estado dos recursos naturais e o seu potencial.</li> </ul>  |
| <b>Composição do grupo de aprendizagem</b>                       | <p>A escolha dos participantes num seminário de formação deve-se fazer de acordo com os seguintes critérios: Os participantes devem constituir um grupo de aprendizagem dirigido. O grupo deve ser composto por cerca de 6 a 10 técnicos, 6 a 10 camponeses da aldeia designada e um ou dois animadores. É preciso garantir que o grupo seja também tanto quanto possível diversificado, quer do ponto de vista de idade e sexo, quer das actividades na utilização dos recursos. O grupo de aprendizagem deve reunir diferentes competências profissionais. Deve ser a própria comunidade aldeã a escolher os seus representantes.</p>  |
| <b>Data do seminário</b>   | <p>O momento propício para a organização de um seminário depende, em primeiro lugar, da disponibilidade dos participantes, em particular dos camponeses. Deve-se tomar em conta, imperiosamente, o calendário agrícola. O seminário pode realizar-se de uma vez ou ser dividida em duas sessões, com a condição que a parte A dure pelo menos duas semanas.</p>  |
| <b>Informações sobre a comunidade aldeã e sobre o território</b> | <p>O formador deve visitar a aldeia antes do início do seminário para informar as autoridades sobre as modalidades e objectivos do seminário, proceder à escolha dos participantes camponeses e resolver as questões administrativas. Além disso deve-se informar sobre os aspectos sócio-económicos e socioculturais (tabus, usos e costumes, etc.), factos históricos, condições locais específicas, conflitos locais e condições agro-ecológicas, para que possa ter uma imagem precisa do ambiente local. As melhores formas de ter acesso a estas informações são as discussões com as pessoas visadas no seio da comunidade, uma visita aos locais, assim como a troca de impressões com as pessoas que trabalham no terreno para as instituições públicas e privadas (p.e. silvicultura, saúde, etc.). A leitura de documentação e literatura diversa pode constituir um complemento útil. Os conhecimentos adquiridos por estes diferentes meios também facilitam tanto a preparação material do seminário como a integração do grupo na aldeia.</p> |

|  |   |
|--|---|
| <b>Convites e preparação de um grupo de aprendizagem</b> | O formador deverá fazer chegar os convites, em tempo útil, aos agentes de desenvolvimento. Estes convites devem conter todas as informações úteis sobre o conteúdo, os objectivos, a data e o decurso / programa do seminário, as condições de participação, assim como os preparativos pessoais requeridos. Por seu lado todos os participantes camponeses serão informados pelo formador ou a estrutura responsável local.  |
| <b>Preparação metódico-didáctica do seminário</b>        | Pontos essenciais da preparação metódico-didáctica do seminário: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Preparação dos documentos de base e da literatura anexa, bem como os meios didácticos (filmes, diapositivos, fotos, câmara, etc.)</li> <li>- Identificação dos meios e procedimentos que sirvam de elo de ligação entre os diferentes temas.</li> <li>- De acordo com o tempo disponível, ter uma ideia sobre os temas que precisam de ser trabalhados individualmente e os que podem ser tratados em comum, devendo o todo ser tratado de modo coerente.</li> </ul>  |
| <b>Preparação do local e do material</b>                 | Identificação e escolha dos temas e exercícios adaptados ao contexto. Se necessário, adaptar os diferentes exercícios a uma dada situação ou a uma necessidade específica; prever eventualmente um novo exercício.<br>O formador deverá encarregar-se da preparação do local assim como dos meios de trabalho. Deverá prever, por um lado, um local suficientemente grande para realizar todos os trabalhos na sala (escola, local de reunião, etc.). Por outro lado, preparar o material de acordo com as possibilidades locais: Quadro preto, papel de embrulho, folhas A4, cartolinas e papéis coloridos em quantidade suficiente, canetas de feltro espessas de várias cores, giz, tesoura, papel colante, cola, taxas, etc.  |
| <b>Organização da estadia na aldeia</b>                  | Para a estadia do grupo de aprendizagem na aldeia é preciso prever: <ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>O alojamento</i>: prever e preparar lugares suficientes para os participantes vindos do exterior, velando para que a distância entre a habitação e o trabalho não seja muito grande e que os hóspedes possam fazer parte da aldeia.</li> <li>- <i>Abastecimento</i>: De modo a que todos os participantes se possam consagrar inteiramente ao seminário, as pessoas da aldeia serão engajadas na cozinha. Os repastos colectivos (agentes de desenvolvimento e camponeses participantes) constituem um aspecto importante do evento e favorecem os contactos informais. Deve-se verificar se o aprovisionamento local em géneros alimentícios é suficiente ou se é preciso levar provisões.</li> <li>- <i>Diversões</i>: As actividades colectivas (serões) favorecem os contactos informais e devem estar previstos no programa. Com o fim de alargar as possibilidades locais, podem ser levados vários meios adaptados ao contexto (vídeo, jogos, futebol, instrumentos musicais, etc.)</li> </ul> |

### 3.3. Avaliação dos seminários

- |  |  |
|--|--|
| <b>Avaliação</b>                           | - Ao longo de toda o seminário, diversas formas de avaliação serão efectuadas com objectivos precisos.   |
| <b>Avaliação quotidiana</b>                | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Objectivo:</i> a avaliação ao fim de uma jornada de trabalho serve, sobretudo, para ter o ponto de situação sobre o progresso do grupo. Identificando os pontos fortes e fracos do programa do dia pode-se, se necessário, tomar medidas correctivas.</li> <li>- <i>Método:</i> Podem ser aplicados diversos métodos, p.e. o barómetro da situação (um nível em que cada participante pode exprimir a sua opinião) ou uma mesa redonda em que cada participante pode-se exprimir brevemente, etc.</li> <li>- <i>Princípios:</i> Cada um pode exprimir-se livremente, nenhuma influência, tolerância perante toda a tomada de posição, prestar atenção, nenhuma justificação imediata.</li> <li>- <i>Responsabilidade:</i> Os formadores também se devem submeter a uma auto-avaliação. Devem dar seguimento às críticas expressas e concretizar as mudanças que se impuserem. Cada membro no seio do grupo deve exprimir tão objectivamente quanto possível os seus sentimentos, as suas dúvidas e críticas e submeter propostas concretas.</li> </ul> |
| <b>Avaliação dos temas</b>                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Objectivo:</i> Avaliar em que medida os participantes assimilaram o conteúdo de um bloco temático e que importância lhe atribuem.</li> <li>- <i>Método:</i> Cada um exprime a sua opinião sobre os assuntos abordados livremente e os exercícios propostos. Outra possibilidade: uma avaliação escrita por meio de fichas de avaliação.</li> <li>- <i>Princípios:</i> Liberdade de expressão, nenhuma influência, tolerância perante toda a tomada de posição, prestar atenção.</li> <li>- <i>Responsabilidade:</i> O formador deverá apresentar uma síntese das diversas opiniões manifestadas e deve velar para que as críticas manifestadas tragam mudanças concretas. Cada membro no seio do grupo deve exprimir tão objectivamente quanto possível os seus sentimentos, as suas dúvidas e críticas e não calar nenhuma informação útil.</li> </ul>  |
| <b>Avaliação após as fases de trabalho</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Objectivo:</i> A avaliação das fases de trabalho indica em que medida os participantes assimilaram a matéria e a ordem com que os diferentes elementos do curso estão presentes, assim como a importância que atribuem aos diferentes temas. Serve também para ajuizar sobre os elementos metódico-didácticos e o desenrolar do seminário.</li> <li>- <i>Método:</i> Uma mesa redonda em que cada um se pode exprimir livremente ou a recolha de reflexões individuais escritas sobre uma matriz.</li> </ul>   |

- *Princípios*: Liberdade de expressão, nenhuma influência, tolerância perante toda a tomada de posição, prestar atenção.
- *Responsabilidade*: O formador deverá apresentar uma síntese das diversas opiniões manifestadas e deve velar para que as críticas manifestadas tragam mudanças concretas. Cada membro no seio do grupo deve exprimir tão objectivamente quanto possível os seus sentimentos, as suas dúvidas e críticas e não calar nenhuma informação útil.

### **Avaliação a quente**

Distinguem-se dois tipos de avaliação a quente:

#### **1. Avaliação expontânea**

- *Objectivo*: Registrar uma primeira reacção expontânea dos participantes no próprio momento em que termina o seminário. As reacções podem dizer respeito à organização, o decurso, o aspecto pedagógico, o conteúdo, etc.
- *Método*: “*Brainstorming*” (chuva de ideias) *do grupo completo, SEPO*
- *Princípios*: Cada um exprime-se livremente, nenhuma tentativa de influência por parte do formador, tolerância perante todas as opiniões, prestar atenção.
- *Responsabilidade*: O formador apresenta uma síntese das opiniões manifestadas e deve velar para que as críticas sejam examinadas e tomadas em conta nos futuros seminários. Por seu lado, os participantes devem manifestar francamente as suas opiniões e não calar nenhuma informação útil.

#### **2. Avaliação estruturada**

- *Objectivo*: Uma análise aprofundada e completa do seminário na qual os participantes exprimem a sua opinião sobre o lado pedagógico, o conteúdo, a concepção, a organização, o decurso, o formador, etc.
- *Método*: individual, escrito, estruturado, respondendo a questões concretas
- *Princípios*: colocar as questões claras e dar tempo suficiente para responder.
- *Responsabilidade*: O formador apresenta uma síntese das opiniões manifestadas e deve velar para que as críticas manifestadas sejam examinadas e tomadas em conta nos futuros seminários. Por seu lado, os participantes devem manifestar francamente as suas opiniões e não calar nenhuma informação útil.

### **Avaliação feita 3 a 4 meses após o seminário**

- *Objectivo*: Verificar o que resta dos ensinamentos do seminário decorridos 3 a 4 meses, o que ao fim desse lapso de tempo aparece como o mais importante e que influência a experiência do seminário teve sobre as acções dos participantes.
- *Método*: encontros informais, assembleia da aldeia para discutir e consolidar as repercussões do seminário sobre a aldeia; encontros ligeiramente estruturados com os participantes e representantes da aldeia; observação. A avaliação deve ser, se possível, feita por uma

pessoa neutra, externa ao processo

- *Princípios*: Evitar os interrogatórios formais. O avaliador não deve exercer qualquer influência sobre as pessoas interrogadas.
- *Responsabilidade*: Tendo o cuidado de colocar as questões de forma clara e precisa, o avaliador deve esforçar-se por obter uma visão clara das realidades no terreno. Os resultados da avaliação devem servir para formular propostas e recomendações para os formadores de futuros seminários

### 3.4. Relatórios

#### **Relatórios para os participantes (temático)**

O formador deve elaborar um relatório para os participantes que, por um lado, constitui um documento de trabalho realizado em comum e o processo do trabalho, por outro lado, deve encorajar a valorização das experiências adquiridas.

##### *Indicações sobre o seminário:*

- Lugar e data e todas as informações úteis respeitantes ao seminário (local, uso do tempo)
- Nome do módulo utilizado (p.e.: módulo de base, módulo dos conflitos, etc.)
- Lista completa dos participantes.

##### *Introdução:*

- Explicação sobre os objectivos do seminário, bem como uma breve apresentação do contexto em que o seminário decorre.

##### *Parte principal:*

- Temas e exercícios abordados: síntese dos resultados obtidos e ilustrações
- Fotos para documentar o trabalho comum e os pontos culminantes do seminário.
- Conclusões e recomendações
- Resultados e síntese da avaliação pelo formador.
- Eventualmente Bibliografia, glossário.

##### *Língua:*

- Este relatório deve ser redigido na língua local utilizada durante o seminário.

#### **Relatório para o órgão responsável (metodológico)**

O relatório sobre o seminário redigido para o órgão responsável, sob a forma condensada (10-15 páginas) vai servir para promover a utilização das experiências feitas e favorecer a troca de experiências entre a rede dos moderadores, as estruturas locais responsáveis e o CDE.

##### *Indicações sobre ao seminário:*

- Lugar / data de realização do seminário.
- Nome do módulo utilizado (p.e.: módulo de base, módulo dos conflitos, etc.)
- Estrutura local que organizou o seminário.
- Formador responsável.
- Para a emissão de certificados: uma lista completa dos participantes (Título, APELIDO, nome(s), função no seminário (p.e. formador, co-formador, agente de desenvolvimento, participante camponês)
- Para os agentes de desenvolvimento, se possível: profissão, nome da organização onde trabalha, endereço postal.

*Introdução:*

- Breve apresentação do contexto em que o seminário decorreu.

*Parte principal:*

- Preparação do seminário
- Programa e decurso do seminário
- Temas abordados e exercícios ilustrados
- Modificações realizadas no decurso do seminário e razão das mudanças.
- Dificuldades encontradas e possíveis soluções.
- Avaliação do processo global, bem como uma apreciação pessoal por parte do formador
- Conclusões, sugestões e recomendações para os futuros seminário
- Fotos

*Língua:*

- Este relatório deve ser redigido numa língua internacional (inglês, francês , espanhol, português)

### 3.5. Introdução à formação

|   |  |
|---|--|
| <b>Aspectos preliminares</b>                                      | A formação vive das mudanças e da vida em comum dos participantes. O estabelecimento de um clima de confiança mútua no seio do grupo de aprendizagem é primordial.   |
| <b>Espaço para discussões informais</b>                           | É necessário dispor de um espaço para uma aproximação e trocas mútuas informais assim como para criar uma atmosfera familiar.  |
| <b>Objectivos de aprendizagem e clarificação das expectativas</b> | Cada um vem com certas expectativas ao curso. É importante abordar a questão destas expectativas desde o início do curso para as integrar eventualmente nos objectivos do curso. Tanto os técnicos como os camponeses devem estar de acordo com os objectivos de aprendizagem do curso. Trata-se de um processo de aprendizagem de obtenção de resultados imediatos e isso deverá ser sempre sublinhado. As expectativas demasiado elevadas dão origem a frustrações que deveriam ser absolutamente evitadas.  |
| <b>Dar uma vista geral da formação</b>                            | Os participantes devem receber uma vista geral da formação no início do programa de formação. Isto permite igualmente atenuar as falsas expectativas, substituir durante o curso as etapas de aprendizagem no seu contexto geral e assim orientar-se.  |
| <b>Clarificar as regras do jogo</b>                               | Para que um grupo funcione, é necessário definir e respeitar as regras do jogo: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Direitos e deveres dos participantes</li> <li>• Princípios didácticos do curso e papéis dos participantes</li> <li>• Regras a observar referentes aos exemplos relativos aos conflitos</li> <li>• Maneira de proceder ao “<i>feedback</i>” (<i>retroalimentação</i>) e redigir o relatório</li> </ul>   |
| <b>Introdução na aldeia</b>                                       | A integração na aldeia durante a formação constitui um ponto determinante. Deve-se manifestar muito respeito e agradecimentos aos habitantes da aldeia e informá-los exactamente sobre os objectivos de formação no início desta. Isso deve-se fazer através de uma assembleia da aldeia que teria por objectivos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar os participantes e explicar os seus papéis no curso</li> <li>• Apresentar o objectivo visado para a formação e clarificar eventuais expectativas da população aldeã</li> <li>• Apresentar o programa de formação e as etapas de aprendizagem em particular</li> <li>• Agradecer o acolhimento aos habitantes da aldeia</li> </ul> |

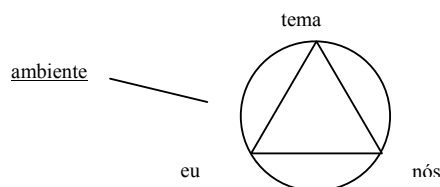


### 3.6. Abordagem didáctica

A formação autodidacta em GSRN tem como fim um processo de aprendizagem a dois níveis: o do grupo de formação, por um lado, e o do indivíduo, por outro. A aprendizagem tem lugar num processo de reflexão em comum, no qual cada um é confrontado com a sua própria realidade e com a dos outros. Por outras palavras, trata-se de aprender uns com os outros. A aprendizagem activa implica uma participação da pessoa na sua totalidade, com o seu intelecto, as suas emoções e as suas acções. Para aprender uma matéria, põe-se assim a trabalhar não só a cabeça, mas também a emotividade e a vivência. Desta forma, aspectos pessoais, interpessoais e temáticos podem ser ligados, o que encoraja uma aprendizagem global. A “*Themenzentrierte Interaktion*” (TZI) ou “Interação centrada num tema” (ICT) é um método apropriado para atingir um tal objectivo.

|  |  |
|--|--|
| <b>Interacção centrada num tema (ICT)</b>  | A ICT é uma abordagem pedagógica global de inspiração humanista: acreditar no potencial positivo de cada ser humano é um elemento essencial deste método. A ICT tem por objectivo apoiar as pessoas nos seus esforços para desenvolver a sua energia positiva e os seus pontos fortes; ela pretende também favorecer a participação activa e a responsabilidade. Na ICT, o método e a atitude estão indissoluvelmente ligados.   |
| <b>Aprendizagem viva</b>                   | O facto de se aprender em comum e de uma maneira viva leva a uma aprendizagem global que tem por objectivo despertar em cada um as energias que favorecem o crescimento e a cura, em vez de activar as que bloqueiam e fazem adoecer. A ICT encoraja assim, a cooperação em vez das rivalidades destrutivas, o sentido de responsabilidade, em vez de uma tendência a adaptar-se muito rapidamente.  |
| <b>Atitude de base humanista</b>           | A ICT apoia-se nos valores humanos ocidentais tais como, a liberdade, o desenvolvimento pleno da pessoa, a justiça e a dignidade humana. Uma abordagem ICT exige que se seja capaz de perceber e aceitar o outro e de criar assim, um ambiente de reconhecimento recíproco, que permita, a cada um sentir que, ele ou ela, tem o direito de ser tal qual ele é.  |
| <b>Nível objectivo e de relacionamento</b> | A ICT leva a sério o ser humano na sua totalidade e sua complexidade. A vantagem desta abordagem, é que ela estabelece uma ligação igualitária entre os níveis do tema e da relação. Se o tema (ou assunto) ganha muito peso, os indivíduos que constituem o grupo – cada um com a sua personalidade e as suas próprias competências – são esquecidos; assim, o potencial do grupo não se pode desenvolver. Pelo contrário, numa relação equilibrada, os participantes sentem-se levados a sério e apoiados na suas capacidades tanto intelectuais, como emocionais e sociais. |
| <b>Eu – nós – tema – ambiente</b>          | O método ICT baseia-se na valorização igual do indivíduo (o eu), da interacção entre os indivíduos (o nós) e da causa comum ou do assunto a aprender (o tema). O eu, o nós e o tema encontram-se, entre eles, num  |

ambiente concreto em relação ao tempo, ao lugar e às circunstâncias externas.

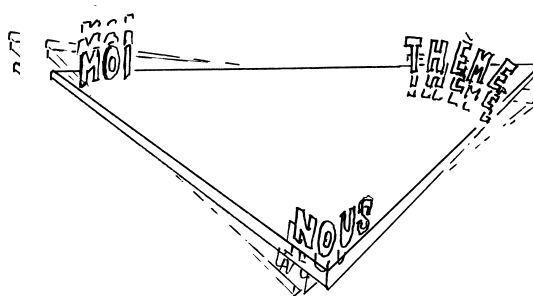


- O **eu**, é a pessoa que é aberta em relação a si própria, em relação aos outros e ao tema. Ele é, ao mesmo tempo, autónomo e dependente dos outros (interdependência).
- O **nós**, é constituído por vários eu, isto é, membros do grupo que vêm aí dar pelo seu interesse pelo tema e sua interacção. A igualdade reina no interior do grupo e cada um é co-responsável em relação à causa comum (o tema) e ao processo de aprendizagem.
- O **tema** (a causa ou tarefa comum) deve ser escolhido e formulado de maneira que todos os membros do grupo se sintam pessoalmente interessados.
- Cada indivíduo, assim como o próprio grupo, estão constantemente em troca com o ambiente, que influencia, assim, os comportamentos.

### Equilíbrio dinâmico

O princípio de trabalho da ICT é de estabelecer e de restabelecer sem cessar um equilíbrio entre os quatro elementos: o eu, o nós, o tema e o meio. Um grupo não deve concentrar-se num tema: a sua pesquisa deve incluir igualmente, os indivíduos, o grupo, o meio, da maneira mais equilibrada possível. Cada interacção do grupo deve conter os quatro factores, que devem revestir todos a mesma importância.

Compete à pessoa que dirige o grupo, velar pelo equilíbrio destes quatro factores. Cada vez que um destes passa muito para último plano, é preciso repô-lo em evidência, a fim de restabelecer o equilíbrio entre os quatro.



Este equilíbrio não é estático: ao longo do processo de aprendizagem, ele deve ser restabelecido constantemente. É preciso um equilíbrio entre os níveis temático e de relacionamento, entre actividade e repouso, entre receber e dar, aproximação e afastamento e entre as necessidades físicas, emocionais, intelectuais e espirituais dos membros do grupo.

## **Animação do grupo**

Contrariamente a outras abordagens pedagógicas, a pessoa que guia o grupo é, ao mesmo tempo, um membro que participa e que dirige o grupo. Um animador ou uma animadora é, portanto, em primeiro lugar, um participante. Enquanto membro igual aos outros, ele ou ela, dá as suas próprias ideias, os seus interesses, os seus pensamentos e as suas emoções no processo do grupo. A sua atitude autêntica e aberta serve de modelo para os outros. É, em segundo lugar apenas, que um animador tem uma responsabilidade e uma função particulares. Competem-lhe especificamente as seguintes responsabilidades:

- fazer respeitar o equilíbrio entre o eu, o nós e o tema, assim como o seu relacionamento com o meio;
- dar uma estrutura ao trabalho de grupo que se enquadre no tempo e no espaço;
- favorecer uma atmosfera de grupo que permita acabar com as angústias e aceitar as fraquezas e os sentimentos agressivos;
- procurar o tema e formulá-lo, e se necessário, apresentar uma introdução ao tema;
- ajudar activamente a aprender e a trabalhar. Graças aos temas, às estruturas de aprendizagem e às intervenções, a pessoa que dirige o grupo apoia o desenvolvimento deste e ajuda a progredir na sua tarefa.

Regra geral, o grupo precisa de uma vigilância constante, mas a função de direcção não se deve limitar apenas ao animador, ela pode também caber em parte aos participantes. Assim, cada pessoa é co-responsável do processo de aprendizagem dentro do grupo.

A função dirigente do animador ou da animadora implica que ele ou ela esteja atento, de igual modo, aos seis aspectos seguintes:

- cumprir o contrato (tema, matéria a aprender),
- a realidade do meio,
- os fins da aprendizagem e os caminhos a seguir para os atingir,
- o processo de grupo,
- os participantes,
- a sua própria pessoa.

## **Constituição do grupo**

A constituição de todo o grupo necessita de uma atenção particular e de tempo suficientemente. O tempo consagrado ao processo de formação do grupo no seu início é um bom investimento, porque, em geral, não são os temas que bloqueiam o processo de aprendizagem, mas as relações interpessoais.

Sentimentos de insegurança e de receios fazem parte das sessões iniciais de um novo grupo. O medo pode desaparecer rapidamente, se oferece aos participantes estruturas adequadas. Estas devem permitir aos membros do grupo obter informações sobre as outras pessoas, sobre as suas expectativas, sobre as possibilidades e os limites existentes. Uma discussão deve ter lugar para determinar as regras de comunicação que favoreçam uma atmosfera de

aceitação. No início, as críticas e avaliações devem ser postas de lado e os participantes devem estar disso protegidos. Quando o clima de confiança estiver estabelecido, torna-se também possível colocar questões delicadas.

### **Fase inicial**

Já na fase inicial, todo o grupo precisa de uma estrutura, fechada e aberta, ao mesmo tempo. Chegar a um novo grupo exige tempo e energia, tanto no plano intelectual como no emocional. Trata-se de organizar o que exige atenção. Certos participantes vêm talvez com problemas não resolvidos nas suas casas, e ao mesmo tempo, já se está perturbado pelo receio de assuntos difíceis e de pessoas desconhecidas com exigências que lhes atribuem. Os primeiros minutos vão decidir se um participante não vai chegar apenas exteriormente, fisicamente, mas também interiormente. Porque uma pessoa que está presente apenas fisicamente não participará de uma forma viva no trabalho ou na aprendizagem. Um ambiente de aceitação desde o início vai criar as condições que permitem mais tarde tratar as críticas e os conflitos de uma maneira construtiva. E uma tarefa essencial do animador ou da animadora é criar e manter um ambiente de aceitação. É ele ou ela que dá o exemplo do estilo do relacionamento e da abertura. Trata-se de tratar de uma maneira construtiva tudo o que pode perturbar o trabalho e de propor modelos de resolução de conflitos que permitam, se possível, todos saírem a ganhar.

### **Prioridade a toda a perturbação**

As perturbações são bloqueios e sinais que revelam, que todos não podem participar com a mesma intensidade no processo e no trabalho sobre o tema. Uma perturbação é, pois, tudo aquilo que impede alguém de participar no trabalho em comum (por ex. distração, contrariedade, aborrecimento, conflito, alegria, entusiasmo, etc.). A aprendizagem viva não se pode fazer, se os participantes não se podem concentrar tanto no tema, como no processo de grupo. As perturbações dificultam sempre, elas consomem a energia mesmo que se as ignore. Elas fazem-se sentir, mesmo que não se queira e passam logo à frente de tudo o resto. Frequentemente, pelo facto de não se dar atenção às perturbações, podem haver consequências graves, levando, por exemplo, no pior dos casos a explosões no lugar errado e no pior momento.

A comunicação isenta de toda a perturbação é tanto uma ilusão, como o receio que toda a perturbação possa fazer explodir a relação ou o processo. Pelo contrário, o tema e o processo beneficiarão, frequentemente, que se tenha em consideração as perturbações. As perturbações têm um significado em relação ao que se passa no momento em que elas aparecem e devem, portanto, ser manifestadas, o que resulta muitas vezes em muitos problemas.

### **Estrutura – Processo – Confiança**

Três aspectos fazem parte do trabalho e da aprendizagem viva nos grupos. Eles revestem-se de uma importância capital para o trabalho do animador:

- A **estrutura** abrange todas as actividades e decisões, que permitem aos membros do grupo se engajar num trabalho comum e de o continuar. O elemento estrutural mais importante é o próprio tema. Há também

outros: unidades de trabalho bem estruturadas do ponto de vista do tempo; exercícios de percepção e de tomada de decisão; viagens imaginárias; jogos de papéis; meditação.

- O **processo** abrange tudo o que se passa num grupo. Ele depende das experiências anteriores de cada um, da composição do grupo, das tarefas comuns e das condições externas. O processo de grupo só pode ser planificado de maneira limitada e necessita uma aplicação flexível das estruturas que foram previstas, de acordo com a situação concreta do grupo.
- A **confiança** implica que cada indivíduo se sinta percebido e aceite e por isso, protegido e em segurança. Um clima de confiança é uma condição necessária para uma aprendizagem social activa. Para permitir que a confiança se estabeleça, o grupo tem necessidade de estruturas claras e compreensíveis que mostrem aos participantes em quê que eles se engajam e com quem podem contar.

Respeitando estes elementos, estão criadas as condições prévias para a aprendizagem enriquecedora e coroada de sucesso, tanto para o grupo, como para cada indivíduo.

As condições de trabalho e de aprendizagem acima descritas são evidentemente as condições ideais. De acordo com o quadro e contexto da tarefa pode-se apenas realizá-las mais ou menos.

### Observações...

- **...quanto ao papel do animador ou animadora:**

Quando se constata que a pessoa que anima é um membro pleno do grupo, isso significa que em tanto que pessoa, participa como os outros no processo de grupo. Mas como tem, ao mesmo tempo, uma função particular, ele deve ter atenção para não dominar o processo e evitar avançar as suas próprias ideias, interesses e opiniões.

- **...quanto ao contexto cultural**

A ICT baseia-se nos valores humanos ocidentais tais como, a liberdade, a justiça e o pleno desenvolvimento da pessoa. Nas outras culturas, estes valores podem ser menos importantes em relação a outros valores. Isto não significa que a ICT não seja mais válida neste contexto, mas é preciso adaptá-la. A atitude e o método da ICT favorece uma relação e uma reflexão num pé de igualdade no decurso da aprendizagem em grupo – o que constitui uma preocupação central na formação autodidacta em GDRN.

- **...quanto à aprendizagem global:**

Uma tal aprendizagem requer a participação de todos, com a sua inteligência, as suas emoções e as suas acções, isto é, a sua cabeça, o seu coração e as suas mãos. Os métodos aplicados ao introduzir o tema e durante o trabalho subsequente, devem ter isso em conta. Os jogos, por exemplo, privilegiam a experiência e a vivência. Para a escolha dos métodos e a formulação do tema, trata-se também de ter em conta o facto de que entre os agentes de desenvolvimento e os aldeões existem grandes diferenças na maneira de aprender (digital para os primeiros, análoga e situacional para os últimos), bem como na maneira de se exprimir.

### 3.7. Princípios pedagógicos

É bem sabido que a própria transmissão de conhecimentos não é suficiente, muitas vezes, para atingir os objectivos de aprendizagem pretendidos, mas, é necessário ainda, em muitos casos, utilizar instrumentos metodológicos e didácticos convenientes. Conteúdo e modo de transmitir os conhecimentos devem formar, portanto, um conjunto coerente e alimentarem-se um do outro.

Nós temos de desenvolver, no quadro destas formações, uma pedagogia «activa». Contrariamente a uma pedagogia «passiva», onde os papéis de quem ensina e aluno estão claramente definidos. Nós procuramos aqui realizar um processo de aprendizagem baseado no saber e nas experiências vividas dos participantes, na sua criatividade e capacidades inovadoras. Para isso, privilegiamos, nesta formação, formas de expressão adaptadas aos participantes, permitindo valorizar as suas competências e contribuindo para criar um ambiente criador e inovador. Eis, portanto, os métodos de trabalho a privilegiar nesta formação:

#### **Desenvolver um assunto de aprendizagem**

Para atingir um objectivo de aprendizagem formulado em relação a um exercício, a um módulo de formação ou a um programa de formação é necessário observar diversas etapas. Para cada etapa, o moderador escolhe os instrumentos (métodos) mais apropriados. Esta escolha depende, nomeadamente, do grupo de aprendizagem, do seu nível de instrução e da sua forma de aprender, assim como do tipo de processo de aprendizagem que pretendemos. Assim, os métodos utilizados para uma formação de que tem por objectivo uma transferência de saber preciso e num lapso de tempo determinado, distinguem-se muito bem os necessários a um seminário de formação que visa uma aprendizagem participativa e activa, que permita valorizar o saber e a vivência de um grupo de participantes aldeões.

Cabe ao moderador moldar o processo de aprendizagem (ou seja, agendar as etapas em função do objectivo de aprendizagem) e encontrar os instrumentos (métodos) mais apropriados. Para lhe facilitar esta tarefa, eis na tabela seguinte uma classificação dos métodos mais recomendados para uma acção de aprendizagem participativa e activa.

**Atenção! A solidez da construção de um processo de aprendizagem define-se em relação à sua componente mais fraca.**

| <b>Etapas</b><br>(a ordem nem sempre é cronológica) | <b>Objectivos</b>  | <b>Métodos</b>  | <b>Analogia:<br/>Construção de um caso</b><br>(a ordem é cronológica)   |
|---|--|---|---|
| <b>Introdução</b>                                   | Objectivos, programa de trabalho, resultados esperados, regras do jogo   | Moderador   | Fazer o plano de construção, planificação dos trabalhos   |
| <b>Juntar ideias</b>                                | Reunir diferentes ideias e experiências, criar um ambiente, criar situações afectivas e emocionais para gerar ideias                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Brainstorming</li> <li>• Jogar o papel</li> <li>• Visualização através de desenho e símbolos</li> <li>• Contos e lendas</li> <li>• Provérbios</li> <li>• Observações</li> <li>• Volta à mesa</li> <li>• Linguagem fotográfica</li> <li>• Associações, analogias, etc.</li> </ul> | Juntar materiais de construção.   |
| <b>Seleccionar e reagrupar as ideias</b>            | Buscar as diferenças e pontos comuns, encontrar as categorias e reagrupar as ideias, ponderações                                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho em grupo</li> <li>• Debate</li> <li>• Perguntas</li> <li>• Jogos de papel</li> <li>• Exercícios de ponderação</li> <li>• Testes, questionários</li> <li>• Situar a ideia num campo de tensão</li> <li>• Procurar o contrário</li> </ul>                                 | Seleccionar os materiais de construção<br>Separar os materiais de boa e má qualidade                                |
| <b>Construir e desenvolver novas ideias</b>         | Descrição das novas ideias, formulação, fazer sobressair as interacções e as ligações, articulação de ideias, conceptualização, etc. | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho em grupo</li> <li>• Trabalho individual</li> <li>• Desenhos</li> <li>• Esquemas</li> <li>• Jogos de papel</li> </ul>  | Misturar areia, água e cimento, fazer blocos e construir, paredes   |
| <b>Reunir e integrar as novas ideias</b>            | Evidenciar as ligações com as conclusões dos exercícios precedentes  | Recapitulação dos trabalhos precedentes   | Colocar a moldura, colocar o tecto, colocar as portas e janelas, etc.   |
| <b>Verificar e apreciar as novas ideias</b>         | Recapitular, formular critérios, avaliar as ideias, corrigir e realizar.   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• trabalho em plenária</li> <li>• Grelhas de apreciação</li> <li>• Jogo de papel</li> </ul>  | Acabamento, adaptações, realização, fazer descontos, recepção da construção pelo cliente e entrega das chaves, etc. |
| <b>Concluir e destacar as lições a tirar</b>        | Recapitular, resumir, destacar as grandes ideias, formular as conclusões e as lições.  | moderador   | Inauguração da construção, boa vizinhança, etc.   |

**Contos, provérbios e enigmas**

Estes elementos representam uma herança importante da tradição oral. Possuem o poder de gerar na cabeça dos participantes imagens às quais as mensagens dispensadas podem associar-se facilmente. Favorecem igualmente a imaginação e a criação de outras imagens como pontos de partida para novas questões e respostas. Estas formas são particularmente bem convenientes para introduzir um assunto importante e / ou delicado.

**Jogo de papéis**

Os jogos de papéis permitem criar dinâmicas imprevisíveis e próximas da realidade, observar os comportamentos e entender os argumentos relevantes da vida quotidiana e prever as possíveis consequências. Além disso, são elementos interessantes para aumentar a coesão social de um grupo

Com o objectivo de tornar os jogos proveitosos, é indispensável:

- Preparar bem os jogos em função dos aspectos que se procura desenvolver e destacar
- Introduzir os jogos de papeis definindo claramente os papéis e componentes a destacar
- Velar para que os aspectos protocolares como, as saudações, agradecimentos e formalidades não se prolonguem em detrimento do conteúdo a destacar
- evitar, dentro do possível, as repetições que não tenham significado particular
- encarregar os participantes – espectadores – de observar os acontecimentos “*in loco*” e dar o seu “feed-back” no fim do jogo de papéis
- Explorar o jogo de papéis para destacar as conclusões importantes e completá-las com elementos em falta.

**Trabalho em grupos**

O trabalho em grupos é particularmente recomendado desde que os participantes possuam já conhecimentos e experiências respeitantes às questões que se colocam. Serve nomeadamente para a troca de aquisições, para discutir pontos de vista diferentes e para tirar conclusões. Como os jogos de papéis, os trabalhos em grupo podem igualmente contribuir para reforçar as ligações e a compreensão entre os eleitos.

Para tornar o trabalho de grupo eficaz é preciso nomeadamente que:

- as tarefas confiadas aos grupos sejam claras e bem definidas em função dos aspectos que se procura desenvolver
- a composição dos grupos varie sempre para evitar que se formem grupelhos e se isolem por fim dos participantes
- a composição dos grupos faz-se de modo a que as competências particulares dos participantes possam ser valorizadas ao máximo
- os trabalhos devam ser explorados e valorizados de modo a se poder tirar lições e fazer recomendações.



|  |  |
|--|--|
| <b>Sessões plenárias</b>                           | <p>São recomendadas para conduzir debates sobre questões essenciais. Por outro lado, é durante as sessões plenárias que se formulam as conclusões importantes como elementos a reter para o documento final.</p> <p>Para tirar, nomeadamente, proveito das discussões, parecem pertinentes as seguintes sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• delimitar bem o assunto a debater</li> <li>• estruturar o debate e intervir quando as discussões se distanciam do assunto tratado</li> <li>• velar por uma repartição equilibrada da palavra</li> <li>• concluir o debate resumindo os pontos essenciais</li> </ul>  |
| <b>Visualização através de desenhos e símbolos</b> | <p>Esta forma de trabalho cria as condições necessárias para realizar um trabalho criativo. Favorece as faculdades imaginativas e gera novas associações de ideias.</p> <p>Para explorar bem esta forma de trabalho, o animador deve velar para que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• o tema de trabalho esteja bem claro</li> <li>• o trabalho não seja avaliado segundo critérios artísticos (técnica de desenho, etc.)</li> <li>• o trabalho seja bem explorado, nomeadamente que as representações simbólicas sejam traduzidas e linguagem concreta, acessível a todos os participantes</li> </ul>   |
| <b>Exercícios práticos</b>                         | <p>Os exercícios práticos podem ter como objectivo a ilustração de fenómenos, perguntas ou certos aspectos importantes. Mas podem igualmente ter por objectivo aprender a dominar melhor uma certa técnica.</p> <p>Para que um exercício seja proveitoso é preciso ter atenção para que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• o desenrolar do exercício seja bem explicado</li> <li>• o exercício corresponda bem aos objectivos pretendidos e que os resultados obtidos correspondam verdadeiramente às questões colocadas</li> <li>• os resultados dos exercícios sejam bem explorados de maneira a contribuir para a formulação de conclusões importantes para o documento final</li> </ul> |

### 3.8. Objectivos da aprendizagem

Cada pessoa que trabalha no domínio da formação tem as suas próprias ideias sobre o que gostaria de obter através da sua actividade e sobre a maneira de o conseguir. Estas ideias reflectem a sua imagem do mundo, o seu sistema de valores, e de normas, que ele integrou ao longo da sua vida na sua personalidade e nas quais acredita e que constituem enfim, o pedestal da sua identidade. A motivação e a força de dissuasão com que um formador faz o seu trabalho, dependem em grande medida do modo como ele se identifica com os objectivos da aprendizagem e da maneira como ele os pensa atingir. Por conseguinte, é legítimo que o formador possa apoiar-se nas suas próprias convicções para realizar o trabalho. O que é importante a propósito disto é que possa distinguir entre os seus próprios desejos, os do mandante e os do grupo de aprendizagem e que ele os tenha em conta como convém ao seu trabalho. Se as divergências se asseveram muito grandes, é necessário que o mandante e o formador reconsiderem a sua colaboração.

O conteúdo da formação deve ser permanentemente repensado e adaptado à situação presente e às questões centrais da actualidade. É tendo em conta o contexto e os meios disponíveis do local onde se encontra que o formador deve elaborar sempre novos instrumentos de trabalho. A escolha correcta dos ingredientes, a sua composição e a sua preparação devem ser repensadas cada vez que ele o faz. O guia deverá conter as ideias, sugestões e propostas sobre este assunto.

Para poder apreciar uma nova situação, o formador deverá poder fazer uma ideia mais precisa possível dos seguintes pontos:

- Que aspectos e pontos centrais devem ser abordados durante a formação?
- Quais são os objectivos de aprendizagem que gostaria de colocar em primeiro plano?
- A que resultados deve conduzir a formação?
- Qual a posição do grupo sobre os objectivos de aprendizagem definidos pelo mandante e em relação a eles quais os do formador? Que gostaria de aprender, por seu lado, do grupo de aprendizagem?

## **Anexo 1: Módulo de base sobre a gestão sustentável dos recursos naturais (GSRN)**

A: Aquisição de conhecimentos sobre a GSRN

Primeira parte:

O que é a gestão sustentável dos recursos naturais?

| A 1  | <b>Os recursos naturais:</b><br><b>Como distinguir Natureza e recursos naturais e qual a sua importância para o ser humano?</b>   |
|--|---|
| <b>Partes da Natureza</b>  | <p>O solo, a água, o ar, as plantas, os animais, ou ainda a energia fóssil como o petróleo ou o carvão são considerados como recursos naturais. Os homens utilizam-nos ao organizar a sua vida. Os recursos naturais representam assim, as partes do ambiente natural importantes para os homens e definem-se pelas funções que elas desempenham na vida dos homens. Assim, desde que não atribuamos uma função, do nosso ponto de vista, às minhocas, elas não constituem um recurso natural. Mas tornam-se um recurso natural, quando as consideramos como um elemento da cadeia alimentar, como forragem para a criação de peixes, como símbolo numa cerimónia ou como agente determinante no processo de formação do solo.</p>  |
| <b>Renovável ou não renovável</b>                                | <p>A distinção entre renovável e não renovável também sublinha o facto de que os recursos naturais dizem respeito ao Homem. De facto, em sentido restrito, todos os recursos naturais, por exemplo, o gás natural, ou a água fóssil, fazem parte de ciclos naturais e são, portanto, pelo menos teoricamente, renováveis sob o efeito dos processos de evolução da Terra. A sua reconstituição ultrapassa contudo, os espaços temporais concebíveis para os homens e situa-se totalmente fora da sua influência.</p>  |
| <b>Especificidade no espaço natural, na sociedade e no tempo</b> | <p>A escolha dos elementos do ambiente, aos quais os homens atribuem funções, não depende só das características do espaço natural considerado, mas também da sua cultura. Cada sociedade interpreta o ambiente natural à sua maneira. As funções que exercem os recursos para a sobrevivência física e social de uma comunidade humana dependem, portanto, da especificidade cultural. Como todos os sistemas culturais, elas evoluem no tempo.</p>  |
| <b>Funções no sistema ecológico</b>                              | <p>Certos elementos da Natureza podem contribuir indirectamente para a conservação da vida: a sua participação na manutenção do ciclo da água, da atmosfera, da produção de biomassa, bem como do espaço vital, são exemplos disso. Estes elementos do ambiente passam despercebidos porque desempenham a sua função relativa à vida dos homens de maneira indirecta. Por isso, durante muito tempo, se subestimou o papel determinante das minhocas na formação do solo. A ampliação dos conhecimentos sobre as inter-relações ecológicas contribui para a identificação de elementos naturais cada vez mais numerosos, significativos para a conservação do sistema global e, em última análise, para o próprio Homem.</p>  |
| <b>Funções culturais</b>   | <p>Os homens apropriaram-se de várias formas das funções que os elementos da Natureza exercem no sistema ecológico. Por um lado, integraram, exploraram e modificaram tais recursos de várias formas culturais quer no <i>domínio económico quer material</i>. Por outro lado, atribuíram-lhes um valor simbólico, muitas vezes em função do seu significado económico ou histórico, e classificaram-nos num <i>domínio espiritual</i>. Raros são, portanto, os recursos que só desempenham funções de produção. Os recursos básicos de uma sociedade (o arroz, o milho, etc.) são precisamente aqueles aos quais a comunidade atribui um significado imaterial o que nos permite falar de “culturas do arroz ou do milho”. O conjunto das funções económicas e espirituais, traduz a importância de um recurso para um sistema cultural.</p> |
| <b>Abordagem global</b>  | <p>Quando pensamos em “recursos”, devemos sempre distinguir três tipos de funções desde que sejamos capazes de as identificar e apreciar: as relativas ao sistema de exploração, as relativas ao sistema cultural (em conjunto, elas permitem a reprodução de uma comunidade humana) e finalmente as relativas ao sistema ecológico,. É a conjugação de todas as funções dos recursos que permite a subsistência da comunidade no seu ambiente. A identificação dos recursos naturais importantes para um contexto específico, exige sempre uma abordagem global.</p>   |

| A 2  | <b>A gestão sustentável dos recursos naturais:</b><br><b>Quem deve definir a gestão sustentável dos recursos naturais e como o fazer?</b>  |
|--|--|
| <b>Conservação das bases da vida</b>           | <p>A gestão durável dos recursos naturais tem por objectivo, a utilização do ambiente natural sem o destruir. Ou por outra, e reportando-nos à World Commission on Environment and Development (1987): <i>Os recursos naturais devem ser utilizados de forma a também permanecerem disponíveis para as gerações futuras.</i> A gestão durável dos recursos é particularmente fundamental nos países em desenvolvimento, onde os recursos renováveis constituem, geralmente, uma base muito importante da vida da população.</p>  |
| <b>Consumo e renovação</b>                     | <p>Os recursos que não se podem reconstituir num período de tempo aceitável, só podem ser consumidos e são, portanto considerados não renováveis. Pelo contrário, os recursos renováveis, podem ser mantidos num equilíbrio entre renovação e consumo. As medidas de protecção e manutenção facilitam esta regeneração e também fazem parte integrante de uma gestão durável. É preciso recordar, contudo, que o consumo de recursos não renováveis está geralmente ligado à utilização, ou contribuição de recursos renováveis e não elimina assim a questão da gestão durável.</p>   |
| <b>Avaliação pela sociedade</b>                | <p>No que respeita à gestão dos recursos, a durabilidade não é portanto um „estado objectivo”, mas está sujeita à avaliação humana: ela não pode ser apreciada senão considerando o conjunto das diferentes avaliações de todos os que tomam parte na sua exploração. Para o fazer, é preciso identificar, num determinado ambiente, os recursos que são importantes para a vida e os que podem ser substituídos por outros e determinar se o modo de exploração actual ou futuro garante a perenidade das suas funções para as futuras gerações.</p>  |
| <b>Avaliação interna</b>                       | <p>Combinando as funções dos recursos, os utilizadores locais elaboraram um sistema que lhes assegura a sobrevivência física no quadro de um sistema ecológico e cultural global. Pela interacção quotidiana, eles são os melhores conhecedores do seu ambiente ecológico e social e, portanto, os que estão melhor colocados para julgar a existência de margens de manobra. Por outro lado, dada a perspectiva interna, as percepções da população local, constituem uma dimensão crucial na apreciação da durabilidade.</p>   |
| <b>Um complemento: a perspectiva externa</b>   | <p>A colonização, a modernização e a concentração, modificaram fundamentalmente as condições locais: a margem de manobra dos utilizadores locais dos recursos reduz-se cada vez mais e os sistemas sociais transformam-se. As mudanças na Natureza, no que respeita ao acesso aos recursos, às condições técnicas, sociais e económicas criam novos desafios para os quais o saber e o saber fazer que deram provas no passado, já não são suficientes e revelam-se mesmo perigosos. Para ter reacções adaptadas a esta situação, é preciso hoje em dia, completar a perspectiva interna com a externa. Neste <i>processo</i>, os conhecimentos dos homens sobre as funções desempenhadas pelos elementos da Natureza, devem ser sistematicamente alargados, numa aprendizagem comum</p> |
| <b>Concretização da GDR num contexto local</b> | <p>A gestão durável dos recursos só adquire sentido, quando colocada em relação com as suas funções num dado contexto local. Não há gestão durável dos recursos senão quando as perspectivas, quer internas, quer externas, permitem a conclusão que, a longo prazo, todas as funções reconhecidas como importantes, são preservadas num contexto local. Mas como a durabilidade se refere a estados futuros, está excluída uma apreciação definitiva. Isto significa que a gestão durável dos recursos é uma noção subjectiva, permanentemente submetida a um <i>processo</i> de negociação.</p>  |

### A 3

## Os actores na gestão dos recursos naturais:

### Qual a influência dos diferentes actores sobre a gestão dos recursos naturais?

#### Uma relação variável com os recursos

Os indivíduos e os grupos distinguem-se pelas estratégias de gestão, nomeadamente a sua relação com os sistemas de exploração. As sociedades agrárias, por exemplo, no que respeita a recursos, desenvolvem estratégias e mostram interesses totalmente diferentes dos agricultores *que usam o corte e queimada* (NT: *forma itinerante e primitiva de agricultura que utiliza a queimada para abrir novas machambas e faz a sementeira nas cinzas*), as sociedades pastorícias transumantes (NT: que numa época do ano levam os rebanhos para as montanhas e noutra época para os vales), ou os caçadores recolectores. Mas igualmente no interior de um contexto local, as orientações económicas e culturais e a posição social (idade, sexo, hierarquia, etc.), determinam os interesses, as possibilidades e as percepções diferentes em relação aos recursos.

#### Ajustar as estratégias de exploração

O ideal, num dado espaço geográfico, é que os grupos de actores tenham desenvolvido relações simbióticas ou, pelo menos, estratégias de exploração de recursos que se completem. Todos participam assim, na exploração diferenciada mas complementar dos espaços e dos recursos. A adaptação recíproca de interesses é sobretudo necessária para a gestão de recursos limitados que devem permanecer acessíveis aos actores mais variados. Nos sistemas que funcionam, existem então regras claramente estabelecidas.

#### Concorrência à volta dos recursos

Cada vez com maior frequência, os grupos ou categorias de actores se encontram em situação de concorrência. Acontece que um recurso existente já não consegue satisfazer uma necessidade concreta, por exemplo, uma superfície florestal em diminuição face às necessidades constantes de madeira. Acontece também os actores explorarem uma função específica de um recurso, que não seja compatível com a utilização das funções por outros grupos de actores, por exemplo, a utilização da água para fins de irrigação em concorrência com o aprovisionamento em água potável dos homens e animais.

#### Interesses externos

A globalização da economia significa também a emergência de entidades externas que procuram satisfazer os seus próprios interesses económicos e políticos através da exploração dos recursos locais. Quase sempre se podem aproveitar-se das condições contextuais económicas, legais e políticas. Com base nas dependências mais variadas, as forças, os grupos e as instituições externas zombam dos interesses dos utilizadores directos e dominam-nos. Geralmente as relações de troca efectuam-se em detrimento das economias das comunidades locais.

#### Exemplos de grupos de actores e de estruturas a níveis diferentes

| Contexto local        |                      |                        |               |                                |
|-----------------------|----------------------|------------------------|---------------|--------------------------------|
| Gestão/ empresa       | Aldeia / comuna      | Região/ Província      | Nação/ Estado | Internacional/ Global          |
| Família               | Administração local  | Administ. Provincial   | Burocratas    | Políticos do Norte e do Sul    |
| Mulheres              | Dirigentes           | Políticos              | Políticos     | Centros de Pesquisa Agronómica |
| Homens                | Responsáveis         | Instít. Religiosas     | Cientistas    | Economia Mundial               |
| Idosos                | Gestão ricos/ pobres | Consumidores urbanos   | Especialistas | Organizações de Coop.          |
| Jovens                | Grupos de trabalho   | Emigrantes             | Consumidores  | Consumidores dos países        |
| Emigrantes            | Emigrantes           | Comerciantes           | Urbanos       | Industrializados               |
| Vendedoras de mercado | Associações          | Empresas               | Emigrantes    | Emigrantes                     |
| Criadores de gado     | Artesãos             | Cooperativas           | Grossistas    | Comércio Internacional         |
| Trabalhadores         | Quadros intermédios  | Quadros intermediários | Indústrias    | Cambistas                      |
|                       | Escola, etc.         | Projectos, etc.        |               |                                |

#### Grau de organização e poder de decisão

Os homens pertencem sempre simultaneamente a vários grupos de actores e de interesses de que dividem os objectivos. A pertença a camadas sociais e político-económicas determinadas, oferecem-lhes possibilidades diferentes. O grau de sucesso de grupos de actores na manutenção e ampliação do seu controlo sobre as fontes, depende, em particular do seu grau de organização. Os actores que constituem grupos estratégicos e que se institucionalizam, aumentam assim as suas chances

| <b>A 4</b>  | <b>Cooperação e competição pelos recursos naturais:<br/>Como se exprimem os interesses variáveis em relação aos recursos e quais as consequências?</b>   |
|---|--|
| <b>Grupos e funções em concorrência</b>                 | Mesmo no interior de uma comunidade, os recursos asseguram múltiplas funções. Tanto os indivíduos como os grupos devem fazer permanentemente uma escolha entre os seus próprios interesses, em contradição, por vezes, com os seus próprios objectivos específicos quotidianos. Em geral, resta-lhes espaço suficientemente para outras funções. Como hoje em dia, os recursos devem desempenhar funções muito numerosas e contraditórias para vários grupos de utilizadores, os conflitos são numerosos. A razão principal destes conflitos reside, muitas vezes, no domínio dos interesses de agentes externos para as funções económicas dos recursos locais. É evidente, por exemplo, que os interesses virados para o rendimento monetário da produção florestal limitam necessariamente o exercício de outras funções pela floresta. |
| <b>A história dos homens, um combate pelos recursos</b> | A escassez de recursos e por conseguinte os conflitos de recursos existiram sempre. Ao longo dos tempos, o Homem ocupou os espaços naturais favoráveis e aprendeu a sobreviver também em regiões de recursos limitados ou a aproveitar outros elementos da Natureza. Não é raro que ele tenha tido que se virar para os recursos de outros grupos: a história dos homens é, em grande parte, a história de um combate pela repartição de recursos.   |
| <b>Escassez de recursos</b>                             | Os conflitos relativos aos recursos naturais são os sinais da escassez de recursos. Os processos de concentração e de degradação na sociedade, tais como, o crescimento demográfico, a urbanização, as migrações, a irrupção noutros sistemas de gestão e a destruição do ambiente, contribuem para a escassez de recursos. Estes, em diminuição constante, devem satisfazer as necessidades de um número crescente de seres humanos. A margem de manobra diminui e, em particular para a população rural, as alternativas no que respeita a recursos ou regiões onde se estabelecer tornam-se raras.  |
| <b>Conflito latente e processos de globalização</b>     | Desde o início do século 20, a pressão multiplicou-se qualitativa e quantitativamente. A pilhagem dos recursos dos países do Sul, desde a colonização, repete-se através das redes da economia mundial e a exploração técnico-industrial e aumenta em inúmeros locais a concorrência exercida sobre os interesses dos produtores locais. O fosso crescente entre os interesses locais e os interesses económicos de agentes exteriores, traduz-se por um potencial extremamente grave de conflitos.  |
| <b>Mecanismos sociais de regulação</b>                  | Os homens deram sempre provas de muita imaginação no que respeita a mecanismos e regulamentos para proteger os recursos raros e garantir assim a sobrevivência da comunidade. Por exemplo, os sistemas de rotação das pastagens comunais visavam uma repartição justa deste recurso raro, bem como a sua conservação através de períodos de repouso. Institucionalizaram-se numerosos mecanismos e regulamentos que contribuíram para atenuar os conflitos nas relações de vizinhança. Os conflitos de recursos deram por vezes lugar a simbioses, por exemplo, os mercados regionais. No mundo moderno, torna-se cada vez mais importante, ter em conta os interesses trans-fronteiriços, entre outros, a exploração e conservação de sistemas fluviais inteiros  |
| <b>Repressão social de conflitos</b>                    | Nas sociedades igualitárias, com sistemas de gestão de recursos geralmente colectivos e equilibrados no plano social e ecológico, os conflitos aparecem rapidamente à luz do dia e são resolvidos ao nível mais baixo. Quando as sociedades são mais diferenciadas, nos planos da hierarquia, do espaço e da organização, os conflitos de recursos podem ser mais facilmente reprimidos. A polarização económica encontra-se geralmente reforçada. Quanto mais a mobilização de recursos se efectua em proveito dos interesses das minorias poderosas, tanto mais poderoso deve ser o aparelho ideológico ou repressivo necessário para as „legitimar”.  |
| <b>Extensão do conflito</b>                             | Nos conflitos de recursos, as elites económico-políticas têm boas oportunidades de defender os seus interesses e melhorar a sua posição à custa dos mais fracos. Os conflitos de recursos têm tendência a resolver-se a favor das elites: eles são, portanto, a causa e a consequência de diferenças de poder no seio da sociedade, podem agravar-se espontaneamente e mesmo conduzir a guerras e ao genocídio.  |

| A 5   | <b>O contexto local: um sistema</b><br><b>Qual a relação entre os recursos naturais e o contexto ecológico e social?</b>  |
|---|---|
| <b>Os ecossistemas</b>                          | <p>A Terra abriga uma diversidade incrível de espaços vitais que se diferenciam em múltiplos ecossistemas. Eles são constituídos por elementos abióticos e bióticos que vão desde os minerais à energia solar e ao clima, passando pelos microorganismos, as bactérias e os fungos até às plantas e aos animais, organizados sempre de modo específico. Todos estes componentes mantêm uma estreita relação: através das matéria e energias que eles trocam, asseguram a manutenção da sua funcionalidade no interior do sistema bem como do próprio sistema.</p>   |
| <b>Complexidade e dinâmica do sistema</b>       | <p>Como todos os sistemas, os ecossistemas caracterizam-se pela sua complexidade e pelo seu dinamismo. Devem a sua complexidade ao conjunto dos seus elementos e combinações possíveis, aos fluxos de matéria e de energia que não poderão, sem dúvida, ser compreendidos em todas as suas dimensões. Eles devem o seu dinamismo às mudanças e à sua modificação constante no espaço e no tempo. A transformação de um elemento tem sempre consequências para outros componentes e para todo o ecossistema. As transformações são muitas vezes cíclicas mas podem ser por vezes espontâneas: Os ecossistemas nunca são fechados: a auto-regulação recorre a fluxos de energia e de matéria que inundam o sistema alargando-o e completando-o.</p>   |
| <b>Processos co-evolutivos</b>                  | <p>Os ecossistemas são o resultado de <i>processos</i> co-evolutivos. Isto significa que os elementos bióticos e abióticos foram mutuamente criados numa dependência constante e evoluíram. O resultado de um tal <i>processo</i> co-evolutivo é, por exemplo a atmosfera que, a partir das matérias disponíveis, se constituiu através da respiração dos animais e das plantas o que, precisamente os mantém vivos por simbiose. Como em todo o ecossistema, cada uma das suas partes, o solo, as plantas, o Homem, o clima local, etc., constitui o resultado específico de uma tal evolução. A co-evolução de toda a vida levou a considerar a Terra como um organismo em si que se mantém vivo a si próprio (Hipótese de Gaia).</p>   |
| <b>Paisagens de culturas</b>                    | <p>O Homem dissociou-se sempre, mais nitidamente na história recente destes <i>processos</i> co-evolutivos: começou a manipulá-los e tornou-se o factor dominante na gestão dos ecossistemas. Enquanto no último período glacial e antes do início da agricultura, a Terra estava coberta de ecossistemas florestais, herbáceos, desérticos, húmidos e oceânicos, hoje, esses ecossistemas estão na sua grande maioria, transformados e caracterizados pela exploração humana. Muitas vezes transformaram-se quase inteiramente em paisagens de culturas. As mais afectadas foram as grandes superfícies florestais da Terra que, à excepção de algumas regiões tropicais húmidas, foram quase inteiramente transformadas pelo Homem, em terras cultivadas, durante os últimos 10.000 anos.</p> |
| <b>Sistema de gestão local</b>                  | <p>Os homens apropriaram-se, portanto, dos ecossistemas como reservatórios de recursos e desenvolveram sistemas locais de gestão. Os elementos da Natureza desempenham dois tipos de funções para o Homem: podem estar disponíveis para o consumo directo (recursos) ou mantêm reciprocamente a funcionalidade através da troca de matéria e energia e garantem assim, o espaço vital do Homem (cf. A1). Se, num sistema local de gestão, apenas um destes dois tipos for considerado, é o Homem sofrerá por fim.</p>   |
| <b>Sistema social como parte do ecossistema</b> | <p>Todo o sistema social, portanto todo o sistema da sociedade no qual os homens se organizam, é dependente, tal como qualquer outro, de uma abertura selectiva. Esta dá lugar aos processos de auto-regulação que tornam possível a manutenção do sistema e o seu desenvolvimento. Mas, muitas vezes, os ciclos locais da matérias são interrompidos e destruídos, de forma que eles perdem o seu potencial de auto-regulação. Os sistemas industriais de exploração, por exemplo, interrompem os ciclos locais das matérias, ao subtrair-lhes os recursos sem compensação, como a madeira, a água ou a biomassa. Quando o potencial de auto-regulação de um sistema local de exploração é perturbado, o sistema social é igualmente posto em perigo.</p>                                      |



| A 6   | <b>A gestão sustentável dos recursos no centro do desenvolvimento durável:</b><br><b>Porque razão a GSRN ganha em importância para o desenvolvimento?</b>   |
|---|---|
| <b>A medida do desenvolvimento</b>                                | <p>O „desenvolvimento da sociedade” que se mede geralmente em grandezas materiais tais como o Produto Interno Bruto, o progresso tecnológico, os cuidados de saúde, a esperança de vida, etc., é entendido como um melhoramento do padrão de vida. O Norte industrial considera-se desde os primeiros momentos da colonização como um modelo para os países „menos desenvolvidos”. Só recentemente se opõe ao conceito de desenvolvimento do Norte, factores tais como a <i>qualidade de vida</i>, que integram também os espaços de vida ecológica e social intactos. No fim, trata-se de combinar qualidade e padrão de vida ao nível mundial.</p>  |
| <b>Externalização dos custos ecológicos e sociais recorrentes</b> | <p>O Norte com 20% da população mundial reivindica para o seu desenvolvimento e seu próprio progresso até 80% dos recursos naturais mundiais, a maior parte dos quais sob a forma de energia. O seu padrão de vida, com um consumo crescente de recursos só foi possível, em certa medida, com o preço da falta de respeito e <i>externalização</i> generalizada dos custos ecológico e sociais recorrentes. O consumo intensivo de recursos não renováveis prejudica particularmente o ambiente e os recursos renováveis. A reflexão, tanto local como global, mostra sempre mais nitidamente os limites deste tipo de desenvolvimento.</p>  |
| <b>Dependência de uma base de recursos renovável</b>              | <p>80% da população dos países em desenvolvimento vive, no meio rural, directamente dos recursos renováveis disponíveis localmente. Estes habitantes dependem de uma base de recursos que se renova. Os <i>processos</i> sociais e ecológicos globais exercem uma pressão acrescida sobre os recursos e conduzem à sobreexploração e destruição. Eles despojam assim os utilizadores locais dos recursos da sua única base de vida. Isto repercute-se finalmente também no Norte que pilhou quase totalmente os seus próprios recursos.</p>   |
| <b>Raízes de um desenvolvimento durável</b>                       | <p>O consumo de recursos e a destruição do ambiente tomaram recentemente dimensões globais tais, que a capacidade da Terra em assegurar a sobrevivência da Humanidade é posta em causa. Apercebemo-nos pouco a pouco que um desenvolvimento durável capaz de contrariar um tal <i>processo</i> e de o anular, deve abordar o problema pela raiz e, portanto, ao nível da nossa relação com os recursos naturais. Uma gestão dos recursos que conjugue a exploração com medidas de manutenção, protecção e reabilitação deve ser de novo possível, tanto no Norte como no Sul e tornar-se a norma.</p>   |
| <b>Protecção do ambiente e sobrevivência</b>                      | <p>Uma vez que a discussão sobre o desenvolvimento durável está cada vez mais na ordem do dia no Norte, as questões de protecção do ambiente e melhoramento das condições de existência, nos países em desenvolvimento fica em primeiro plano. Lá onde as condições de vida se degradam rapidamente e onde a sobrevivência a curto prazo se torna problemática, não existe margem para a conservação e a protecção dos recursos. É por isso que não é possível colocar a realização de medidas de protecção sobre os ombros dos economicamente fracos. As prestações de compensação são indispensáveis como contraparte. No fim, a protecção dos recursos locais serve à existência da sociedade no seu todo.</p> |
| <b>Criar as condições de quadro</b>                               | <p>O objectivo de um desenvolvimento durável no contexto global, consiste, em primeiro lugar, criar condições quadro que limitem o consumo de recursos (isto é sobretudo válido para o grande consumidor que é o Norte, mas também para o Sul na formulação dos seus objectivos de desenvolvimento). Mas o objectivo deve ser também criar as condições quadro que permitam a exploração durável dos recursos ao nível local (isto é particularmente urgente para os produtores nos países do Sul). Para que o desenvolvimento seja durável, aos níveis global e local, é preciso proteger os recursos de base.</p>   |

## **Anexo 1: Módulo de base sobre a gestão sustentável dos recursos naturais (GSRN)**

A: Aquisição de conhecimentos sobre a GSRN

Segunda parte:

Qual é a dinâmica que influencia o grau de sustentabilidade?

| <b>A 7</b>  | <b>As interações entre o desenvolvimento e os recursos naturais:</b><br><b>Como os <i>processos</i> de mudança influenciam os recursos e qual a sua relação com os fenómenos globais de empobrecimento?</b>  |
|---|--|
| <b>Características de uma gestão não durável dos recursos</b> | <p>Que se passa quando um recurso não é utilizado de modo durável no contexto rural local? Isso significa primeiro que os recursos renováveis desaparecem e, com eles, um certo potencial de desenvolvimento. As consequências de tal perda são entre outras:</p> <p><i>A escassez de recursos:</i> é o caso nas zonas de forte densidade demográfica, onde as exigências face aos recursos e suas utilizações são demasiado numerosas. Para os homens isso significa demasiado poucas terras para assegurar a sobrevivência da sua família ou da comunidade.</p> <p><i>A degradação dos recursos:</i> ela intervém quando os recursos são explorados para além da sua capacidade de regeneração natural, nomeadamente porque não são tomadas as medidas de manutenção e de protecção necessárias para uma melhor regeneração. As utilizações desadaptadas sob o plano ecológico perturbam a regeneração natural e conduzem à degradação dos recursos.</p> <p><i>Produtividade decrescente:</i> devido à perda das funções fisiológicas, a degradação de certos recursos afecta outros, nomeadamente as suas funções e agrava assim a penúria. Isso traduz-se, em particular, por uma perda de produtividade dos diferentes recursos, isto é, por uma diminuição das funções de produção dos recursos.</p> |
| <b>Degradação dos recursos e pobreza</b>                      | <p>As populações dos países em desenvolvimento encontram-se particularmente dependentes dos recursos renováveis porque a sua sobrevivência e o seu desenvolvimento dependem grandemente da sua disponibilidade e do seu estado. É o que determina a relação estreita entre a pobreza e a degradação dos recursos e impede, consequentemente, que se considere estes dois <i>processos</i> independentemente um do outro. Por isso é sempre importante analisar a relação específica entre pobreza e gestão não durável, nomeadamente destruição dos recursos, num contexto local. Mas é preciso não esquecer, a este propósito os outros pontos de vista e actores respectivos, aos níveis regional, nacional e internacional.</p>   |
| <b>Existência não assegurada</b>                              | <p>Para as respectivas populações, a pobreza significa ausência de potencial e de confiança em si próprias para gerir a sua própria vida de modo autónomo. Elas estão continuamente expostas a crises existenciais e a repressões políticas, económicas e sociais. A pobreza no meio rural está muitas vezes na origem de migrações e alimenta os bairros da lata nas cidades em pleno crescimento. O desemprego e a miséria nas cidades repercutem-se nas condições de vida no meio rural através das relações sociais e económicas.</p>  |
| <b>Necessidade de um aumento da produção</b>                  | <p>Muitos países já não conseguem, hoje, satisfazer as necessidades alimentares da sua população. A degradação dos recursos naturais agrava ainda esta problemática. Para resistir a esta destruição, é preciso explorar todas as possibilidades susceptíveis de reduzir a pressão sobre os recursos mal ou sobreexplorados e facilitar a tomada de medidas de protecção, de manutenção e de regeneração. É necessário um aumento da produção. Mas é preciso evitar que este conduza a uma redução do potencial de regeneração dos recursos. Trata-se igualmente de garantir um acesso equitativo e transparente aos recursos</p>  |
| <b>Recursos rurais como potencial de desenvolvimento</b>      | <p>As redes inter-familiares permanecem muitas vezes activas entre a população rural e urbana. Acontece, cada vez mais frequentemente, que as famílias rurais desempenham um papel de segurança social em relação aos seus parentes necessitados nas cidades. Por outro lado, as zonas rurais recebem igualmente estímulos de desenvolvimento fundamentais por parte das cidades, como, por exemplo, dinheiro. Devido à existência de recursos renováveis ainda hoje disponíveis, as zonas rurais dispõem de um potencial de desenvolvimento considerável que não tem o seu equivalente nas cidades. O aproveitamento deste potencial oferece uma oportunidade única para induzir um desenvolvimento global de maior qualidade.</p>  |

| <b>A 8</b>   | <b>A degradação dos recursos naturais causas, sinais e consequências:</b><br><b>Como distinguir os processos de degradação das mudanças naturais e como os reconhecer?</b>  |
|--|---|
| <b>A mudança: processo natural</b>                     | <p>O espaço natural modifica-se constantemente mesmo fora da influência humana. Assim evoluiu a Terra, ao longo de milhões de anos, de um corpo celeste inanimado para um espaço hospitaleiro para as plantas e os seres vivos, no qual os homens só apareceram recentemente. Os maciços montanhosos elevaram-se para desaparecer a seguir, os mares formaram-se e secaram mais tarde, os espaços vitais acolhedores foram constituídos para acabar em desertos, as plantas e animais viram a luz do dia, evoluíram e desapareceram. Tudo isto aconteceu e continua a acontecer com o decorrer das eras geológicas. Estes <i>processos</i> evolutivos do aparecer e desaparecer não são visíveis para os homens senão sob a forma de extractos muito limitados: os processos de erosão e de desagregação nas montanhas são um bom exemplo.</p>  |
| <b>A mudança por intervenção humana</b>                | <p>Os elementos da natureza utilizados pelos homens modificam-se também sob o efeito dos processos naturais globais. As mudanças que o próprio homem desencadeia desenvolvem-se, contudo, mais rapidamente. Os homens correspondem assim às transformações, inclusivamente negativas, mesmo que eles próprios as engendrem e as acelerem. Falamos da degradação de um recurso quando este foi modificado por intervenção humana ao ponto de perder parcialmente ou inteiramente as suas funções para os seres humanos.</p>  |
| <b>Diferença entre degradação e fenómenos naturais</b> | <p>Como e até que ponto os <i>processos</i> de destruição de origem humana se podem distinguir das modificações de origem natural? Os fenómenos são muito semelhantes e não é muitas vezes possível, na prática, identificar o que é da responsabilidade dos homens. O problema é que os conhecimentos modernos são ainda insuficientes para compreender todos os efeitos da intervenção humana nos ecossistemas. As mudanças climáticas actuais serão a expressão de ciclos de uma evolução natural ou as consequências dos atentados ao ambiente? Ou por outra: em que medida a acção humana influencia os processos naturais? As opiniões divergem muito e não existe uma resposta definitiva.</p>   |
| <b>Indicadores de degradação</b>                       | <p>No entanto, é possível reconhecer os fenómenos evidentes de degradação. A ligação com uma intervenção humana é provável porque as mudanças rápidas acontecem em zonas de exploração precisas. A experiência identificou uma série de indicadores que traduzem uma sobreexploração e uma degradação como, por exemplo, a ausência de certas plantas, os sintomas de deficiência nas plantas o aparecimento ou desaparecimento de certas plantas típicas (plantas indicadoras), sinais de erosão mais frequentes (valas, assoreamento do campo), diminuição da produção, doenças, secagem de cursos de água, etc. Mas numerosos processos de degradação são dificilmente compreensíveis: são tão lentos que escapam à nossa observação directa. Os processos deste tipo podem todavia revelar-se brutalmente sob a forma de aluimentos de terra, inundações ou chuvas súbitas de colheita quando ultrapassam certos valores limites.</p> |
| <b>A degradação pode ser irreversível</b>              | <p>Quando os desgastes a um recurso se tornam aparentes, ele encontra-se já num estágio avançado de degradação. Por vezes é suficiente então reduzir a utilização, ter confiança no potencial natural de regeneração do recurso e apoiá-lo com medidas complementares de cuidados. Quando essas medidas já não servem para nada, os desgastes são irreversíveis, i.e., já não é possível uma correcção por via humana.</p>  |
| <b>A degradação de um recurso afecta outros</b>        | <p>Os recursos estão estreitamente ligados entre si e dependentes uns dos outros. Isso significa que a sobreexploração de um recurso tem efeitos sobre os outros. Assim, o empobrecimento de um solo em elementos nutritivos terá efeitos sobre o crescimento das plantas e a alimentação dos animais. É a razão pela qual se dá hoje, mais importância a esta interdependência (cf A5).</p>  |

| A 9   | <b>A ligação entre sistemas de exploração e degradação:</b><br><b>Espaços geográficos diferentes estão na origem da variedade de sistemas de exploração: porque estão ameaçados?</b>  |
|---|---|
| <b>Exploração: intervenção e adaptação ao ecossistema</b> | <p>Os homens perturbam os processos naturais ao explorarem os recursos. Eles adaptaram-se a condições naturais variáveis graças a sistemas de exploração diferentes. Eles contribuem para a conservação e a regeneração dos recursos pelos cuidados, pelas medidas de manutenção e por regras específicas. É preciso recordar a este propósito, que a intervenção e a exploração humanas modificam igualmente os processos naturais e os ciclos. Eles são acelerados, retardados, mas nunca interrompidos.</p>  |
| <b>Exploração nas zonas tropicais húmidas</b>             | <p>Desenvolveu-se nas zonas tropicais húmidas um mundo vivo, variado e complexo, graças a um clima favorável e, muito frequentemente, apesar das condições geográficas desfavoráveis. Estes ecossistemas altamente especializados reagem imediatamente à intervenção humana. Assim, as substâncias nutritivas dos solos desbravados são rapidamente lavadas e a produtividade baixa rapidamente. Os grupos de população locais têm em conta este fenómeno através de sistemas engenhosos de rotação de culturas. Um pousio de trinta anos garante a regeneração de uma cobertura florestal secundária, permitindo uma nova exploração. Quando já não é possível respeitar tais durações de pousio ou quando o desbravamento é feito em grandes superfícies para extracção de madeira, criação animal ou plantações agrícolas, estes ecossistemas ficam ameaçados tanto do ponto de vista de espaço como de produção.</p>                              |
| <b>Exploração nas zonas semi-áridas</b>                   | <p>As zonas semi-áridas reagem também de maneira visível à exploração humana. Antigamente viviam nestas regiões sobretudo pastores nómadas ou agricultores semi-sedentários. O seu território económico era muito vasto e utilizado de maneira muito extensiva. A exigência de sedentarização e de limitação das pastagens e a concentração da utilização, são as razões da desertificação. A sobre-pastagem destrói a vegetação, o que provoca uma modificação das condições microclimáticas e pode causar a esterilidade total dos solos. Pela insuficiência da cobertura vegetal, a evaporação da humidade do solo é maior que as precipitações, a água subterrânea sobe por capilaridade e forma-se uma crosta de sal ao nível da superfície. Esta camada dura impede, por sua vez, que a água da chuva penetre de uma maneira óptima no solo e o reamolecimento da superfície conduz por fim à formação de solos semelhantes aos do deserto.</p> |
| <b>Exploração em zonas costeiras tropicais</b>            | <p>Os ecossistemas das zonas costeiras tropicais, por exemplo, os bancos de corais e as florestas de mangal, abrigam recursos naturais extremamente ricos. Perto de dois terços da população mundial vive no terço de terras que se encontra na periferia das costas. Estas estão hoje ameaçadas. As águas usadas e os adubos poluem os cursos de água, a extracção das areias coralinas e de madeira de mangal constituem atentados que tocam o nervo vital destas regiões. O melhoramento contínuo das técnicas de pesca comercial está na origem de uma sobreexploração dos recursos piscatórios e contribui para ameaçar cadeias alimentares inteiras.</p>  |
| <b>Exploração em zonas tropicais de montanha</b>          | <p>Na falta de uma cobertura vegetal de protecção do relevo acelera-se a erosão dos solos de montanha, sobretudo, quando as precipitações são elevadas. Em numerosas regiões tropicais montanhosas, a construção de terraços desenvolveu-se de maneira impressionante. Bem adaptados à encosta, estes terraços protegem muitas vezes, tanto o solo como as parcelas sob cobertura florestal. Outras técnicas ainda, como a transumância, permitiram nestas zonas a manutenção a longo prazo de sistemas agrícolas. As regiões montanhosas são também caracterizadas pela ligação ecológica estreita existente entre a montanha e o vale, entre a base e o cume. Quando as partes altas sofrem mais erosão, por exemplo, devido à degradação, o vale sofre as consequências negativas disso (p. ex., inundações ou a destruição de culturas intensivas), mas também, em parte, as positivas pela acumulação (p. ex., o enriquecimento do solo).</p>    |

| A 10  | <b>Estratégias endógenas de gestão durável dos recursos:</b><br><b>Quais são os factores locais ou endógenos que contribuem para a conservação dos recursos e como são influenciados pelos processos de globalização?</b>   |
|---|---|
| <b>Sociedades tradicionais</b>                      | <p>Um sistema social tão intacto, equitativo, quanto possível é o melhor para garantir uma gestão durável dos recursos, porque ele permite a acção dos mecanismos internos de regulação. É mais fácil encontrar sistemas de gestão de recursos colectivos, equilibrados no plano social e ecológico nas sociedades tradicionais, do que nas sociedades muito diferenciadas e pouco transparentes do mundo moderno. Com efeito, as primeiras transmitem aos descendentes o saber, o poder e a responsabilidade face à natureza e à comunidade e, ao mesmo tempo, a forma de vida recebida dos antepassados.</p>  |
| <b>Mecanismos de protecção locais</b>               | <p>Onde as sociedades tradicionais têm por dever transmitir o adquirido, elas detêm elementos importantes de uma gestão durável de recursos. Por um lado, elas acumularam, no decurso da sua longa experiência um saber sobre o meio ambiente específico, que se reflectem nos sistemas de exploração correspondentes. Por outro lado, elas desenvolveram mecanismos e instituições que regulam as relações com os recursos e protegem aqueles que são limitados. Estes mecanismos de protecção estão, muitas vezes, integrados no sistema normativo, por exemplo, sob a forma de um tabu. A sua transgressão é sancionada socialmente, porque ela ameaça as bases vitais da comunidade.</p>  |
| <b>Diversificação</b>                               | <p>A diversidade no sistema de exploração da comunidade local protege os recursos naturais e reduz o risco ligado à produção. Uma combinação visível entre a utilização dos recursos em pequena escala baseada no multifuncionalismo das plantas e dos animais, a constituição de reservas (rebanhos, plantas pluri-aneais como as árvores de fruto, etc.), medidas de conservação e de manutenção, actividades de caça e colheita, etc., permitem uma reacção flexível às dinâmicas do meio ambiente e aumentam assim a segurança. Em conjunto com a rede de relações sociais, a diversificação garante a existência material e social e torna o sistema global menos vulnerável.</p>  |
| <b>Influência externa e destruição dos recursos</b> | <p>Muitas vezes os sistemas tradicionais têm efeitos negativos precisamente no momento da seu desaparecimento, quando mecanismos de decisão exógenos demitem as comunidades camponesas da sua própria responsabilidade e da sua competência e anulam os mecanismos de regulação do sistema ecológico e social existente. As modificações seguintes têm um efeito destruidor sobre os recursos de base locais.</p> <p><b>Redução da base de recursos.</b> Quando os recursos sob o controlo das comunidades de produção já não chegam (desvio de recursos, pressão demográfica, degradação), os recursos restantes são sobreexplorados ou então as zonas de produção marginais e desapropriadas são utilizadas.</p> <p><b>Subversão do saber cultural.</b> Sob condições novas, o saber e o saber-fazer antigamente reconhecidos e eficazes consideram-se muitas vezes inadequados. Transpostos para outras regiões, eles são, geralmente, desadaptados e, por vezes, mesmo destruidores. A adopção de novos produtos efectua-se a maior parte do tempo sem conhecimento dos perigos que eles comportam e não há tempo para as adaptações necessárias.</p> <p><b>Modificação da orientação das acções.</b> A substituição dos valores e dos princípios do passado mina a coesão interna da comunidade. A responsabilidade em relação aos recursos e às medidas de conservação tradicionais perdem o seu sentido ou já não podem ser respeitados sob a pressão económica externa.</p> |
| <b>Modernização, centralização e globalização</b>   | <p>Os contactos com o mundo moderno e o desenvolvimento de estruturas estatais centralizadoras colocaram as comunidades tradicionais sob um controlo externo cada vez mais estreito. As relações actuais das comunidades rurais com o Estado, a burocracia, o comércio e o mercado mundial, são geralmente desequilibradas. Elas accionam, o mais frequentemente, a anemia das regiões rurais em matéria de recursos, de homens, de saber e de riqueza. O crescimento da população local agrava mais o problema. Embora o desenvolvimento melhore também certas condições de vida, ele está na origem de uma série de processos destruidores os quais, hoje, devem ser remediados urgentemente (p. ex., pela linha da descentralização).</p>  |

| A 11  | <b>As repercussões da degradação dos recursos naturais na sociedade:</b><br><b>Como é que as sociedades reagem à escassez e destruição dos recursos e qual a dinâmica social assim desencadeada?</b>   |
|---|--|
| <b>Degradação dos recursos e produção de risco</b>                                  | <p>As degradações de recursos provocadas pelo homem têm repercussões diversas na sociedade. As comunidades camponesas são atingidas directamente. Uma degradação da sua base de recursos empurra-as para uma produção de risco. Nas condições actuais, as comunidades locais encontram-se assim confrontadas com vários problemas cruciais: acesso insuficiente e incerto aos recursos, rendimentos decrescentes, diminuição dos produtos livremente disponíveis (p. ex., a lenha proveniente das florestas públicas, água potável), falta de mão-de-obra, mercado instável, só para citar alguns. Os acontecimentos naturais desfavoráveis, variações climáticas, ou mudanças na família devido a doenças ou à morte perturbam igualmente a produção. Em tais condições, já não é possível a gestão durável dos recursos.</p> |
| <b>Estratégias alternativas</b>   | <p>O aprovisionamento insuficiente constitui um sinal de alarme para uma produção de risco. Ele obriga as pessoas envolvidas a sobreexplorar os recursos para sobreviver no dia à dia às expensas do <i>futuro</i>. A migração para zonas ainda disponíveis, muitas vezes ecologicamente mais sensíveis, não oferece uma solução a longo prazo. Uma outra alternativa arriscada é <i>experimentação</i> com culturas e técnicas novas sem base económica suficiente. A <i>migração</i> representa uma outra tentativa de solução, a maior parte das vezes votada ao fracasso: em busca de uma existência em regiões desconhecidas, os refugiados açambarcam as bases vitais dos indígenas, e nos bairros da lata, eles são confrontados com toda uma série de problemas económicos, ecológicos, etc..</p>                      |
| <b>Estratificação político-económica</b>  | <p>A produção de risco está estreitamente ligada à pauperização. Os que dispõem de segurança social e económica e de poder político suficiente impõe-se no combate pelos recursos cada vez mais raros. O fosso entre os riscos e pobres cresce rapidamente. Além disso, os utilizadores locais dos recursos estão geralmente mal organizados e em larga desvantagem face às elites, no que respeita à capacidades de organização, de comunicação e de administração. Isto reforça no início o fosso que separa as oportunidades de desenvolvimento dos vários actores, mas a longo prazo destrói a base da vida de todos.</p>  |
| <b>Conflitos pelos recursos</b>   | <p>A desigualdade político-económica e a escassez dos recursos constituem um potencial de conflito extremamente agudo: os vizinhos tornam-se ameaças; as estratégias individuais tomam o lugar das estratégias colectivas; as comunidades desagregam-se ou fecham em si próprias (a maior parte das vezes em função de laços de parentesco) para defender os seus interesses e os seus ditos direitos contra os intrusos e grupos vizinhos; a concorrência pelos recursos pode mesmo, em caso extremo, desembocar numa guerra ou genocídio. (Cf. A 4)</p>  |
| <b>Externalização dos problemas de recursos</b>                                     | <p>Os engajamentos e as relações tradicionais não se limitam, geralmente, a uma comunidade, mas existem também entre grupos vizinhos, eles fazem parte de uma ordem mais larga. A luta pela repartição dos recursos intactos minam a responsabilidade em relação aos outros. Os recursos são então explorados sem ter em conta os outros utilizadores. Quando as consequências negativas da exploração dos recursos são remetidas a outros grupos, a outros espaços, ao futuro, já não é possível agir de maneira durável.</p>   |
| <b>Espiral de destruição; empobrecimento-degradação dos recursos-empobrecimento</b> | <p>Modificações globais da sociedade podem estar, pois, na origem da degradação dos recursos. Esta, por sua vez, aumenta a pressão sobre a sociedade e desencadeia processos sociais que desembocam em novas destruições do meio ambiente natural e social. A pobreza tonar-se assim, ao mesmo tempo, causa e consequência da degradação de recursos; constitui-se assim uma verdadeira <i>espiral de destruição, empobrecimento – degradação de recursos – empobrecimento</i>. Os limites estreitos dos espaços necessários a uma vida humana num meio ambiente intacto são assim rapidamente atingidos (cf. A 7).</p>  |

|   |   |
|---|---|
| <b>A 12</b>   | <b>Perspectivas de futuro contra as tendências actuais de desenvolvimento:</b><br><b>Que perspectivas opor às tendências negativas actuais e como desenvolver uma responsabilidade comum face ao futuro?</b>  |
| <b>Evolução negativa</b>  | <p>Os <i>processos</i> de aumento da população, de modificação das estruturas, de empobrecimento e degradação dos recursos que se podem observar em muitas regiões periféricas estão intimamente ligadas (cf. A7, A11). Em muitos locais, os recursos não garantem mais o aprovisionamento de base de lenha, de colheitas ou de água potável. A escassez de recursos naturais, a migração, o agravamento da estratificação sócio-económica, bem como os conflitos são os indicadores de uma tendência negativa de desenvolvimento que atinge toda a sociedade, que cava abismos cada vez mais profundos entre os homens, as comunidades e os países.</p>  |
| <b>Interesses particulares</b>  | <p>O reconhecimento da dependência colectiva no que respeita aos recursos naturais, tem-se traduzido, até há pouco tempo ainda, por inumeráveis cometimentos recíprocos que permitiram uma gestão dos recursos social e ecologicamente adaptada. Ao contrário, assistimos hoje a uma consideração decrescente em relação ao bem comum e ao seu próprio futuro (por exemplo, abandono das medidas de manutenção, mentalidade de concorrência e estratégias de vida individualista). A rapidez da transformação obriga, cada um a seguir interesses particulares a curto prazo. As estratégias de acção imediatas de segmentos marginais e empobrecidos da população constituem um bom exemplo. Esta transformação oferece igualmente possibilidades de alguém se libertar dos seus compromissos para com a comunidade para obter uma vantagem económica pessoal da luta pela partilha.</p> |
| <b>Responsabilidade colectiva</b>                                       | <p>Paralelamente, as relações cada vez mais evidentes entre os recursos e a sua forma de exploração sublinham as novas dependências para além do social: Estas aumentam a pressão em direcção a uma responsabilidade colectiva face aos problemas actuais relativos aos recursos. O conhecimento destas relações e dos <i>processos</i> problemáticos em curso exige, urgentemente, a tomada de responsabilidade pelo conjunto da sociedade e a aplicação de acções correspondentes por todos os actores envolvidos.</p>  |
| <b>Esforços parciais como solução?</b>                                  | <p>Há muito tempo que os esforços para o desenvolvimento tentam corrigir certas evoluções negativas (p.e., o aumento da população, a perda da fertilidade do solo, a deterioração das condições de higiene, etc.). Era suposto melhorar pontualmente a produtividade e as condições de vida das pessoas envolvidas. Tais esforços devem ultrapassar os interesses particulares, integrando na sua orientação e na sua maneira de agir o conjunto da temática social e ecológica (cf. A3, A5, A10, A11). Caso contrário, correm o perigo de reforçar as tendências globais negativas.</p>  |
| <b>Perspectivas de futuro para uma segurança ecológica e social</b>     | <p>Os interesses e as estratégias individuais, cada vez mais dominantes, não significam que os homens não tenham perspectivas de futuro para o seu espaço de vida e para a sociedade. O seu quotidiano entra, contudo, frequentemente em contradição total com as próprias perspectivas positivas de desenvolvimento, perspectivas essas que reproduzem geralmente um ambiente social e ecológico intacto e acentuam valores fundamentais, tais como, os direitos do homem e a conservação da base colectiva da vida. Utilizar estas perspectivas no diálogo político constitui uma oportunidade para reconhecer um interesse comunitário para uma relação socialmente responsável com os recursos naturais. Só assim será possível desenvolver uma combinação de estratégias ao serviço do futuro de todos nós.</p>  |
| <b>Estratégia ambiental global da cooperação para o desenvolvimento</b> | <p>Para a cooperação para o desenvolvimento, esta perspectiva poderia ser:</p> <p><i>Num espaço determinado, todos os homens – e as gerações futuras – terem à sua disposição, em quantidades suficientes, os recursos naturais necessários para a vida. As condições político-económicas serem de tal ordem que o conjunto da humanidade poderá ao mesmo tempo utilizar e salvaguardar as bases naturais da sua existência. Os homens assumirem a sua responsabilidade perante o ambiente (texto ligeiramente modificado extraído da „Estratégia Ambiental da DDA“)</i></p>  |



## **Anexo 1: Módulo de base sobre a gestão sustentável dos recursos naturais (GSRN)**

B: Contribuir para a GSRN

Terceira parte:

Como contribuir para a gestão sustentável dos recursos naturais?

| <b>B1</b>   | <b>Colaborar a diferentes níveis de acção:</b><br><b>O desenvolvimento de abordagens a favor de uma <u>GSRN</u> exige uma acção relativa às condições quadro coordenada e com base nas necessidades locais</b>   |
|---|--|
| <b>Identificar a própria margem de manobra</b>                        | <p>As comunidades locais não são unidades isoladas. Social e espacialmente, elas fazem parte de uma rede de trocas e de relações. Por um lado, actores individuais ou grupos (dirigentes locais, emigrantes, comerciantes, mas também representantes da administração ou da ciência) intervêm a diferentes níveis. Por outro lado, certas acções exercem influência sobre outras, as de nível superior dominam muitas vezes as outras. As relações de troca entre os diferentes níveis encontram-se assim frequentemente desequilibradas e fazem-se em detrimento do mundo rural. O desenvolvimento rural constitui uma solução. Nesta situação conflituosa, é necessário um posicionamento claro de cada um que pretenda contribuir para a GDR, assim como a identificação e o aproveitamento das suas próprias possibilidades de influenciar os níveis superiores.</p> |
| <b>Reforçar o poder de auto-regulação local</b>                       | <p>É por isso que, basear-se nos elementos locais para o desenvolvimento de soluções com vista a uma gestão durável dos recursos naturais, não representa senão uma das faces da medalha. A outra, consiste <i>em alargar a margem de manobra</i> dos actores locais, a fim de permitir que as potencialidades locais tenham a possibilidade de fazer durar a sua expansão. Para isso, é frequente ser necessário reforçar o contexto local e, antes de tudo, favorecer o sentido de responsabilidade da população local, e, deste modo, o potencial local de auto-regulação.</p>  |
| <b>Cooperação entre os níveis de acção: criar as condições quadro</b> | <p>O apoio aos actores locais exige, em geral, <i>acções a todos os níveis</i> de organização social, portanto, precisamente também aqueles que participam na limitação e na redução do potencial local de auto-regulação. As forças políticas, económicas e sociais a todos os níveis e de todas as instituições, devem adoptar os princípios de uma gestão durável dos recursos e elaborar conjuntos de condições quadro, que permitam e favoreçam uma exploração durável ao nível local.</p>  |
| <b>Princípio do subsídio</b>  | <p>Em princípio, as soluções devem ser sempre procuradas o mais próximo possível dos actores directos, ao nível mais baixo possível da organização social. Apenas, quando o nível inferior já não está à altura de cumprir as suas funções, é que os níveis superiores devem intervir (princípio do subsídio). Este princípio oferece a melhor garantia para evitar que o saber e as necessidades dos interesses não sejam mascarados pelas exigências externas. Ele reduz igualmente, ao mínimo, o surgimento de novas dependências e facilita um desenvolvimento autónomo.</p>   |
| <b>Apoio externo</b>  | <p>Os programas de apoio e as estratégias ambientais visam, por fim, o reforço do nível local. As instituições externas, ao nível internacional, estão particularmente bem colocadas para promover objectivos de durabilidade, através de medidas de carácter global. As medidas específicas de apoio devem, portanto, considerar também o nível comunal: Só assim as instituições e os programas nacionais e regionais estarão à altura de assumir a função importante de charneira, entre todos os níveis, e de fazer o papel de advogado dos utilizadores locais dos recursos perante dos níveis mais elevados.</p>   |

| <b>Função de charneira entre o nível internacional e o nível local</b> |                    |                       |                    |
|--|--------------------|-----------------------|--------------------|
| <b>Nível de acção</b>  | <b>Competência</b> |                       |                    |
| Instituições e programas / projectos                                   | internacionais     | nacionais e regionais | regionais e locais |
| Internacional  |                    |                       |                    |
| Nação/estado   |                    |                       |                    |
| Região/província   |                    |                       |                    |
| Aldeia/comuna  |                    |                       |                    |
| Gestão/Empresa   |                    |                       |                    |

|   |   |
|---|---|
| <b>B2</b>   | <b>Construir sobre estratégias locais:</b><br><b>Os sistemas tradicionais de exploração dos recursos naturais comportam elementos de durabilidade e são flexíveis: os utilizadores locais dos recursos detêm, portanto, uma parte importante da solução para uma <u>GSRN</u>, desde que a sua margem de manobra seja suficiente</b>   |
| <b>Utilizadores locais de recursos: uma parte da solução</b>  | <p>Toda uma série de factores contribuem nas sociedades tradicionais para uma gestão durável de recursos (cf. A10): um conhecimento ambiental adquirido de maneira orgânica, sensibilidades endógenas para a durabilidade, a diversificação em vez de maximização da exploração fazem parte de uma relação responsável com o meio ambiente. Todavia, a dinâmica dos processos de mudança ameaçam esta relação e tornam-na cada vez mais difícil. Os utilizadores locais não devem, portanto, ser considerados um problema, mas uma componente determinante da solução para uma gestão durável dos recursos.</p>   |
| <b>Poder de inovação</b>                                      | <p>São eles, com efeito, que devem desenvolver continuamente novas estratégias no seu quotidiano, com vista a garantir a sua base de vida e de crescimento. Um sistema de exploração funcional alimenta-se da combinação de elementos flexíveis e estáveis. A flexibilidade é uma condição da sobrevivência: ela contribui para enfraquecer os fenómenos naturais como as variações climáticas sazonais e anuais, mas também as modificações sociais, como as doenças e as modificações demográficas, e para proceder às adaptações necessárias. <i>A abertura, o poder de inovação e a experimentação constituem assim, elementos integrados de sistemas de exploração durável.</i></p>  |
| <b>Importância de uma margem de manobra suficiente</b>        | <p>As margens de manobra determinam em que medida os actores individuais estão dispostos a considerar os aspectos ecológicos nos seus comportamentos. Com uma margem insuficiente, as acções a longo prazo são negligenciadas a favor da necessária satisfação das necessidades quotidianas. As estratégias reduzem-se a uma <i>simples tentativa de esquivar</i> e não pode ter um carácter durável (cf. A11). O oposto, uma margem suficiente, significa que os actores têm alternativas para experimentar e usufruem de uma segurança suficiente contra as adversidades: a pressão sobre os recursos pode conduzir a adaptações pertinentes por uma intensificação ou regresso a um sistema extensivo.</p>   |
| <b>Uma margem de manobra estreita exige uma pré-avaliação</b> | <p>Um comportamento inadaptado para com o meio ambiente eliminar-se-á por si só, com o tempo, através da <i>prática (aprender fazendo)</i>. Mas pode também já ter tido consequências ecológicas e sociais graves e irreparáveis. Nas condições actuais, a margem de manobra já não é suficiente para permitir processos de aprendizagem de longa duração. Uma <i>pré-avaliação</i> da acção que tenha em conta a orientação de base „conservar os recursos naturais em vez de os destruir” assume toda a sua importância. Isto permanece válido mesmo que se admita que só o tempo e a comparação dos resultados com os objectivos fixados permitirão julgar a adequação de uma estratégia ambiental, que deve ter em conta as relações complexas, assim como qualquer outra estratégia de acção.</p>  |
| <b>Fazer aproveitamento dos elementos locais</b>              | <p>É importante explorar os esboços existentes de soluções positivas, isto é, aquelas que contribuem para a durabilidade (cf. A10). De maneira geral, trata-se de valorizar, tanto quanto possível o potencial local de regulação.</p> <p><b>Saber local:</b> é mais sensato e mais fácil de explorar ideias de solução locais, que criar novas. Elas são o fruto de uma lógica de acção local e dispõem de um potencial de realização que as põem, em parte, ao abrigo de novas dependências. Além disso, tais soluções são mais fáceis de copiar e de reproduzir, e as suas consequências são mais facilmente previsíveis.</p> <p><b>Diversificação e diversidade:</b> cada unidade de produção contribui pela diversidade das suas estratégias para um desenvolvimento durável. Uma exploração diversificada, com elementos ligados entre si e de espaço reduzido, detém um grande potencial de durabilidade. Ideias e esboços de solução que tiveram de ser abandonados sob a pressão de um rendimento a curto prazo, podem ser reactivados no caso de um alargamento da margem de manobra.</p> <p><b>Grupos com competências em matéria de recursos:</b> comunidades que dispõem de formas de gestão colectiva de recursos, geram lugar para relações responsáveis com os recursos e com os homens que deles dependem. Elas representam, portanto, as melhores parceiras para uma gestão participativa dos recursos.</p> |

|  |   |
|--|---|
| <b>B3</b>  | <b>A participação como princípio:</b><br><b>O respeito e a integração das opiniões dos grupos locais de utilizadores dos recursos, enquanto actores do desenvolvimento, muito particularmente as percepções dos sub-grupos desfavorecidos e marginais, contribuem para lhes restituir a importância que lhes é devida</b>   |
| <b>Integração de todas as perspectivas</b>           | <p>A duração na gestão dos recursos implica ter em consideração todas as funções dos recursos, e portanto, todos os actores interessados e todas as perspectivas. Com efeito, os “recursos”, a “duração” ou um “problema de recursos” são termos que não podem ser definidos, senão através de todos os valores e relações que eles englobam. Assim, os esboços de soluções devem ser elaborados e testados no quadro de um diálogo da sociedade, de um processo de negociação participativa e não podem tomar a forma de receitas. Um tal processo de negociação favorece, por um lado, o surgimento de conceitos de gestão de recursos largamente apoiados pelos interessados e realizáveis, e permite, por outro lado, o ajustamento de perspectivas, e dos objectivos de estratégias ambientais locais e globais.</p>   |
| <b>Prioridade para as perspectivas internas</b>      | <p>Os esforços necessários para a conservação dos recursos são aceites localmente, quando eles correspondem às necessidades e às ideias das pessoas abrangidas e reforçam as oportunidades de um desenvolvimento autónomo. <i>Os utilizadores directos dos recursos</i>, ao mesmo tempo parceiros e executores, são por este facto, os verdadeiros agentes do desenvolvimento: ao fim e ao cabo, eles não são apenas os melhores peritos do seu meio ambiente, mas suportam também as consequências de toda a mudança! São eles que deverão continuar a tomar medidas sob a sua própria responsabilidade e sem apoio exterior.</p>  |
| <b>Construir sobre as bases existentes</b>           | <p>A gestão durável dos recursos pressupõe uma aproximação e uma harmonia crescente entre as possibilidades reconhecidas localmente pelos interessados e as do mundo exterior. Contudo, as opiniões exógenas chocam, muitas vezes frontalmente com as perspectivas locais e desvalorizam, geralmente, as representações tradicionais em nome da sua novidade técnico-económica. Se se espera, como deve ser, que a perspectiva interna desempenhe plenamente o seu papel no processo de negociação, ela deve ser capaz de se adaptar satisfatoriamente. Só assim, é que os valores específicos e os pontos de vista, que foram recolhidos ao longo de gerações pelos sistemas de conhecimento locais, não serão simplesmente substituídos, mas alargados pertinentemente, por conhecimentos complementares.</p>   |
| <b>Compreensão diferenciada sobre a participação</b> | <p>Mesmo que a participação pareça largamente aceite ao nível de princípios, ela toma concepções diferentes no Norte e no Sul, e ao nível dos variados actores (governos, colaboradores de projectos, funcionários, interessados directos, etc.). O seu leque vai da participação desejada aos processos de decisão e às actividades, livremente, contra qualquer compensação ou sob obrigação, até às reivindicações de decisão autónoma de grupos locais sobre a formulação e aplicação de medidas, passando pelo mau uso da participação como uma técnica susceptível de melhorar a aceitação das medidas.</p>   |
| <b>Potenciais e limites</b>                          | <p>É certo que a exigência teórica da participação de todos, e com os mesmos poderes, só pode ser parcialmente satisfeita na realidade. Os potenciais e limites da participação são específicos da zona considerada e são prova de dinamismo. Os factores limitantes, por exemplo, desigualdades económicas e sociais, só dificilmente podem ser modificados rapidamente e numa medida satisfatória. É por isso que a participação tomará uma forma específica de acordo com cada situação. Ela deve, pois, ficar como um princípio, mas não pode tornar-se um instrumento “utilizado” de modo indistinto para todas as situações. Para mostrar melhor os seus efeitos é preciso, por um lado, obrigar-se a uma reflexão sobre a sua própria posição, a sua motivação e a sua escala de valores e, por outro lado, proceder a uma ventilação dos grupos actores em função dos seus antagonismos de poder e de interesses.</p> |
| <b>Reforçar o poder</b>                              | <p>A participação, por outras palavras, a integração no debate de perspectivas próprias, não é dada antecipadamente: muitos actores não têm bastantes possibilidades para formular as suas perspectivas e aplicá-las estrategicamente. O “<i>empowerment</i>” agrupa todos os esforços que visam apoiar e alargar a margem de manobra dos actores e a reduzir as desigualdades de poder, particularmente pela integração no processo de negociação dos grupos mais fracos, nos planos político e económico, tanto ao nível das próprias comunidades como entre as regiões e os países. Trata-se de uma condição essencial para que um desenvolvimento seja durável.</p>   |

| <b>B4</b>  | <b>Ajustar as medidas:</b><br><b>As medidas a favor de uma GDRN devem ter sentido ecologicamente, socialmente e economicamente e inscrever-se nas estratégias adoptadas pela população local</b>  |
|--|---|
| <b>Processo de adaptação contínuo</b>                                    | <p>As medidas de apoio ao nível local são meios e actividades destinados a alargar a margem de manobra da população local. Elas devem favorecer relações conscientes e responsáveis com os recursos locais. Isto significa que todas as medidas locais devem, por fim, inscrever-se numa estratégia pertinente no plano ecológico, social e económico, e realista para a população.</p> <p>Para isso, um processo de ajustamento é necessário para se ter bem em conta as condições domésticas em matéria de recursos, de saber, de conhecimento, de posição na hierarquia social, de disponibilidade de força de trabalho, de classes de idade e de proporções entre os sexos.</p> |
| <b>Resistências às medidas</b>   | <p>Resistências locais contra medidas importadas do exterior revelam muitas vezes, que elas não estão adaptadas às ideias ou às possibilidades dos beneficiários dos recursos. As acções de apoio externo podem mesmo pôr em perigo a paz social numa comunidade, porque as medidas não foram definidas de maneira participativa e tendo em conta as relações globais. Em numerosos casos, isso significa o insucesso do projecto. As resistências são, portanto, indicadores importantes para o controlo necessário das medidas existentes e não deveriam pois ser mascaradas, muito simplesmente, graças a estímulos.</p>   |
| <b>Combinar as medidas</b>   | <p>Na maior parte das vezes, as medidas tomadas ao nível local não são suficientes. As medidas externas, portanto, modificações das condições de quadro, exigem um exame minucioso dos factores que influenciam a exploração concreta de um recurso em meio rural. A focalização local de todos os níveis de espaço e de organização aumenta as possibilidades de sinergia e de complementaridade entre os apoios. Tais combinações compreendem todo o tipo de medidas ajustadas umas em relação às outras nos planos técnico, económico ambiental, político, jurídico e infra-estrutural.</p>  |
| <b>Exemplos de medidas ajustáveis umas às outras a diferentes níveis</b> |   |
| <b>Gestão / Empresa</b>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicação de Técnicas de conservação</li> <li>• Melhoramento da gestão da empresa</li> <li>• Combinação de medidas de luta contra a erosão e aumento da produção</li> <li>• Criação de oportunidades de rendimentos complementares</li> </ul>  |
| <b>Aldeia / Comuna</b>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração de toda a população na discussão sobre a GDR</li> <li>• Elaboração de planos de utilização dos solos (gestão do terreno da aldeia)</li> <li>• Reforço das estruturas locais de decisão</li> <li>• Apoio às iniciativas locais</li> <li>• Apoio aos ensaios / à pesquisa</li> <li>• </li> </ul>  |
| <b>Região / Província</b>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planos regionais de exploração</li> <li>• Novas explorações</li> <li>• Criação de capacidade de armazenamento</li> </ul>   |
| <b>Nação / Estado</b>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de condições quadro favoráveis, p. e., em matéria de política agrícola, fiscal, comercial, de preços e de pesquisa</li> <li>• Política ambiental: imposição de recursos e energia, <i>internalização</i> dos custos</li> <li>• Eliminação gradual das subvenções e indirectas nocivas ao ambiente</li> <li>• Desenvolvimento institucional e jurídico de sistemas de estado pluralistas, descentralização</li> </ul>   |
| <b>Internacional / Global</b>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenação, supressão da concorrência nefasta, acordo sobre o ambiente</li> <li>• Equilíbrio económico entre os países industrializados e os países em desenvolvimento</li> <li>• Programas de ajustamento estrutural adaptados às condições locais e à GDR</li> </ul>  |
| <b>Combinação de meios financeiros e de objectivos ambientais</b>        | <p>A combinação de objectivos ambientais com estímulos monetários ganha uma importância crescente. O dinheiro tornou-se também vital nas regiões rurais em desenvolvimento. Vantagens fiscais por uma exploração respeitável de recursos, de subsídios ou de preços “correctos” são meios susceptíveis de promover eficazmente uma gestão durável dos recursos.</p>   |

| <b>B5</b>   | <b>Resolver os conflitos de recursos:</b><br><b>O reconhecimento do facto que todos são dependentes dos recursos naturais facilita a busca de soluções rentáveis para todos a longo prazo</b>   |
|---|---|
| <b>Transparência nos conflitos referentes a recursos naturais</b> | <p>Os conflitos relativos aos recursos têm um carácter eminentemente destrutivo, não só para os próprios recursos, mas também directamente para a população envolvida. É a identificação do contexto e das relações entre os elementos do conflito que constitui premissa de um processo de negociação entre todos os interessados. O reconhecimento precoce dos conflitos potenciais, pode permitir uma acção preventiva. A transparência nos conflitos concernentes aos recursos facilita a identificação dos interesses comuns no processo de negociação e um processo que permita preservá-los.</p>   |
| <b>Mediador no processo de negociação</b>                         | <p>Devido à sua finalidade global em matéria de desenvolvimento e meio ambiente, os projectos são legitimados ou têm mesmo a vocação de tornar os conflitos de recursos mais transparentes. Como eles não estão directamente interessados nos recursos, eles ocupam uma posição neutra que lhes permite mais facilmente gerir uma problemática ou exercer a função de mediador. O que é importante, é que a discussão sobre o tema dos recursos tenha lugar, mesmo que seja eventualmente sob a forma de um verdadeiro “projecto de conflito de recursos”. Mas os projectos só serão credíveis se eles revelarem os seus objectivos e as suas intenções e aplicarem certos princípios na sua própria prática (participativa, democrática).</p>                      |
| <b>Resolução tradicional de conflitos</b>                         | <p>Trabalhar sobre os conflitos não significa somente pôr em evidência os interesses conflituosos entre todos os actores, mas também atribuir-lhes direitos e responsabilidades. A análise das estruturas tradicionais de negociação e de gestão, mostra em que medida os actores e as instituições existentes podem ser mobilizados na aplicação de estratégias de resolução de conflitos. As elites locais ou certas instâncias superiores podem jogar, por exemplo, um papel de primeiro plano nas estratégias de desenvolvimento durável. Mas novos grupos podem também procurar perfilar-se entre os utilizadores de recursos, por exemplo, as mulheres fortemente engajadas na produção rural e particularmente atingidas pela problemática dos recursos.</p> |
| <b>Instâncias de decisão reconhecidas</b>                         | <p>Quando as partes em conflito com os sistemas de exploração diferentes, como a agricultura e a criação animal, seguem estratégias de solução contraditórias, ou quando já não existem estruturas de negociação locais funcionais, é necessário criar novas instâncias de decisão reconhecidas por todas as partes. Instâncias descentralizadas, que tenham raízes locais, transparentes nos processos de negociação, representam as melhores condições para uma auto-regulação relativa à gestão durável dos recursos.</p>  |
| <b>Soluções win-win</b>   | <p>As actividades de apoio devem velar por não evitar os conflitos, mas, pelo contrário, pôr em evidência os problemas e as expectativas de todos. O reconhecimento da dependência comum em relação aos recursos é um passo importante para a solução dos conflitos. É mesmo possível, por vezes, identificar soluções “win-win” onde todos os participantes ganham, mesmo os que devem dar mais a curto prazo. Com efeito, não é possível não ter em conta que além da conservação de recursos, a paz social deve ser posta na balança.</p>  |
| <b>Procura de alternativas</b>                                    | <p>Se existem conflitos respeitantes a recursos, a causa disso é muitas vezes a falta aparente de solução alternativa. Para diminuir a pressão destrutiva sobre os recursos e sobre a comunidade, é necessário reflectir em alternativas de formas de vida (p. ex., créditos para a criação de um artesanato local). É preciso também estudar a substituição de recursos problemáticos por outros. Para que estas alternativas não dissimulem muito simplesmente os conflitos existentes, elas devem ser reconhecidas por todos os actores como alternativas reais.</p>   |

| <b>B6</b>   | <b>Elevar a problemática local dos recursos aos níveis superiores:</b><br><b>A necessidade de fazer respeitar as preocupações dos utilizadores locais dos recursos por outros níveis de decisão exige canais de informação</b>   |
|---|--|
| <b>Alargar a negociação aos níveis superiores</b>     | <p>Os níveis superiores enviam geralmente ao nível local muita informação importante para as acções. O contrário é excepção. É por isso que os “níveis superiores” muitas vezes tomam decisões jurídicas ou económicas prometedoras a curto prazo e sobre o plano macro-económico, mas infelizmente prejudiciais a longo prazo e estruturalmente, para o potencial de desenvolvimento no meio rural (cf. A7). As condições quadro deveriam, todavia, sustentar a gestão durável dos recursos rurais. Para que os níveis superiores concebam medidas sensatas e adaptadas às circunstâncias reais, é indispensável que a negociação para a gestão durável dos recursos tenha lugar entre todos os níveis envolvidos.</p>  |
| <b>Emancipação local</b>                              | <p>Um passo decisivo nesta direcção é o processo de emancipação dos utilizadores locais dos recursos. Os actores fracamente organizados, como os pequenos camponeses, têm a tendência de não se considerar como uma força de desenvolvimento importante na sociedade (cf. A3). Esta opinião impede-os, muitas vezes, de resistir à determinação exógena das condições de acção negativas e de formular as suas legítimas reivindicações aos responsáveis políticos. A formação ou o reagrupamento dos actores em associações de interesse reforçam a capacidade de abordar directamente os problemas locais dos recursos e diversificam as oportunidades para ter influência nos processos políticos.</p>  |
| <b>Papel das organizações de apoio</b>                | <p>As organizações de apoio, organizações de cooperação e de meio ambiente, usufruem de um bom acesso ao mundo político internacional, nacional e regional devido ao seu carácter multilateral e humanitário. O seu papel consiste, em particular, fazer avançar o discurso sobre a gestão durável dos recursos para uma questão fundamental da sociedade: enquanto intermediária entre as instituições e os sectores políticos, elas contribuem para maior transparência, animam o debate sobre a GDR e defendem nas altas esferas propostas que permitem aos utilizadores locais manter com os recursos uma relação que seja respeitosa e socialmente aceitável. Retorna assim, ao pessoal no terreno, uma função de intermediário fundamental.</p>  |
| <b>Fazer ouvir as vozes locais</b>                    | <p>Os canais de informação existentes podem ser alargados e de novo podem ser criados para transmitir as preocupações da base ao topo e facilitar o debate sobre a GDR entre os diferentes níveis. As trocas verticais entre os níveis (por exemplo, entre os camponeses e políticos) e as trocas horizontais (por exemplo, entre vizinhos ou Sul-Sul) devem reduzir os défices de informação em matéria de GDR. Para isso, podem ser utilizadas e combinadas as formas de comunicação, tanto modernas como tradicionais. Os meios modernos como a televisão, o vídeo e a imprensa que atingem sobretudo uma clientela “moderna” e urbana, podem perfeitamente ser adequados para aproximar o mundo rural desta clientela pela gravação das vozes locais. Formas de comunicação tradicionais que transmitam conteúdos sob a forma de histórias, de música, de teatro (eventualmente sob a forma de emissões radiofónicas) oferecem, em contrapartida, à população rural periférica, o acesso à discussão política sobre a GDR.</p> |
| <b>Papel dos especialistas activos ao nível local</b> | <p>Os conhecimentos relativos à GDR são função de uma análise permanente da dinâmica dos dados ecológicos, económicos e sociais de um contexto preciso. A comunicação da informação sobre este assunto tem por fim descobrir em todos os domínios os défices, os problemas, as oportunidades e as inovações. Os profissionais locais ocupam uma posição central. Como eles trabalham na base, são eles que, para além dos utilizadores directos, são os mais directamente implicados no processo interactivo de aprendizagem no seio do contexto. Eles podem pôr a sua competência integral e o seu avanço no saber ao serviço da GDR. Do mesmo modo aproveitam a sua própria margem de manobra para transmitir nos canais de comunicação apropriados o seu saber sobre os problemas, as necessidades e as soluções locais no domínio da gestão dos recursos, e para promover ao nível local a troca de experiências e os processos de formação e aprendizagem em matéria de GDR.</p>  |

## **Anexo 2: O « seminário do futuro »**

Breve apresentação do método



## O « seminário do futuro »

### Origem do método

O «seminário do futuro» («*Zukunftswerkstatt*») é um método que foi desenvolvido na Alemanha, nos anos de 1970 a 80, por comités de acção de cidadãos. Entretanto, este método percorreu um caminho longo e estabeleceu-se igualmente nos meios económicos, onde as empresas o utilizam como um instrumento, quando desenvolvem novos produtos e fazem a sua planificação. Os serviços públicos ( por exemplo, das comunas, sobretudo na Alemanha) e a sociedade civil (associações, sindicatos, etc.) têm adoptado, igualmente, este expediente do seminário do futuro, quando se trata de desenvolver perspectivas para o futuro.

### Objectivos e passos para o seminário do futuro

O objectivo principal do seminário do futuro é o de ultrapassar a nossa percepção habitual dos problemas, porque esta constitui, frequentemente, uma espécie de «prisão mental», que limita severamente as nossas capacidades criadoras, inovadoras e imaginativas.

O seminário do futuro pretende ser um processo social destinado a resolver problemas; é um passo objectivado, um método aberto e participativo, e uma forma criativa de trabalho em grupo.

Os passos para o seminário do futuro passam por três etapas:

1. A fase «reclamações e críticas», na qual se trata de destacar as preocupações e os problemas e de fazer o ponto da situação actual.
2. A fase «fantasia e utopias», durante a qual é preciso ultrapassar a situação actual através da criatividade e imaginação social, e desenvolver visões e utopias.
3. A fase «pôr em prática e adaptação», na qual se deve formular as expectativas, desenvolver esboços de projectos e definir a margem concreta de manobra.

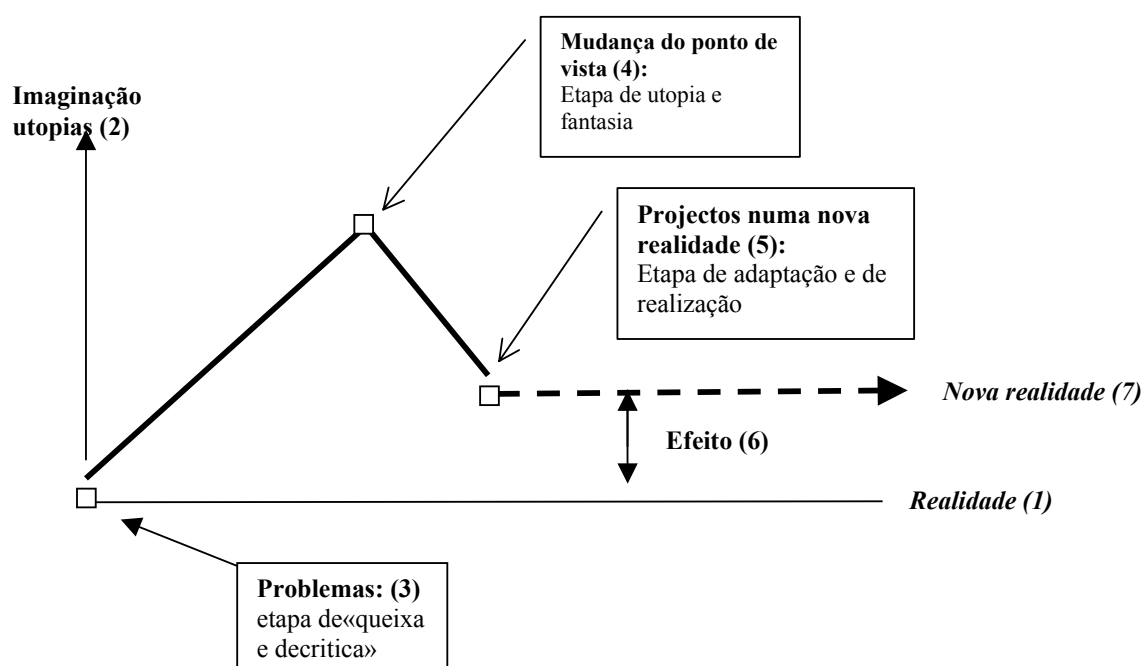
### Apresentação dos passos

**A fase «reclamações e críticas»**, prepara o terreno para os trabalhos que se seguem. Ela dá oportunidade aos participantes de exprimir o seu «estar farto», de «esvaziar o saco» e de se libertar das suas frustrações. Nenhum limite é imposto, porque os participantes devem sentir-se completamente livres de se exprimirem. As reclamações e as críticas podem se dirigir, quer contra o próprio grupo, quer contra circunstâncias, pessoas ou instituições externas. Ao longo desta etapa, os participantes descobrem pouco a pouco, que eles não são os únicos a estar frustrados e querer fazer críticas. Uma vez liberto deste lastro, o grupo reconhece progressivamente a necessidade de encarar o futuro de uma forma diferente, de aceitar que certos paradigmas mudem e que é necessário deixar os caminhos percorridos para tentar enfrentar os problemas de uma nova maneira.

Assim, é com um sentimento de alívio e uma grande abertura de espírito, que os participantes podem abordar **a fase «fantasia e utopias»**. Agora, é permitido apresentar todas as questões, todas as expectativas e qualquer ideia. Nenhuma consideração sobre o tempo, sobre o dinheiro, sobre o poder, ou sobre aspectos jurídicos deve censurar a imaginação dos participantes. Tudo é permitido! Questões tais como, «é possível?», «é realizável?», etc. não têm lugar aqui. O caminho está livre para os sonhos, as visões e as utopias das mais inverosímeis. Esta fase leva os participantes a descobrir percepções novas e a imaginar verdadeiras inovações.

Os participantes não se ficam por aí. Ao longo da **fase «adaptação e realização»** eles seleccionam as ideias e as inovações mais prometedoras e tentam adaptá-las às condições reais. Assim, os primeiros esboços de projectos são desenvolvidos e abrem caminho para perspectivas de acção realmente novas.

O seminário do futuro permite aos participantes transformar a sua percepção sobre as possibilidades que eles têm de agir.



A realidade não é um dado fixo e rígido. Se nós temos a tendência para acreditar nisso, é, principalmente, porque olhamos para os problemas sempre da mesma maneira, sem procurar mudar de ponto de vista. Para encontrar uma nova perspectiva, é preciso (atrever-se) abandonar certas regras e convenções, deslocar-se, procurar, ser criador e inovador. O seminário do futuro situa-se entre dois eixos: o eixo da realidade tal qual os participantes a percebem e a imaginam (1), e o eixo das utopias (2), muitas vezes fortemente censurado pela nossa lógica e pelos nossos valores.

O ponto de partida de um seminário do futuro é a análise dos problemas (3) tal como nós os compreendemos. A seguir, o moderador encoraja os participantes a deixar o seu ponto de vista habitual, a mudar de perspectiva (4). O mesmo assunto, o mesmo problema apresenta-se agora de uma maneira diferente. Esta nova visão pode libertar ideias o que permite abordar e tratar um problema de uma outra maneira, de uma maneira talvez mais eficaz! A partir deste momento, a percepção da realidade muda, e um problema inicialmente entendido como intransponível pode revelar-se uma ocasião interessante de formular um novo objectivo e um projecto inédito (5). O efeito (6) obtido pelo seminário do futuro é uma mudança da percepção da realidade, e para além desta mudança, a abertura para uma nova realidade (7).

Mas a fantasia e o trabalho criativo não são os únicos factores que contribuem para o nascimento e o reforço de uma nova realidade, os princípios seguintes são igualmente importantes:

- espírito democrático, que favorece um trabalho participativo para um futuro comum;
- a aprendizagem activa, que permite fazer experiências novas, orientadas para acções e projectos inovadores;
- as sinergias, que encorajam os participantes a ter confiança em si próprios, e que permitem fazer esforços em comum;
- a motivação, que incita o grupo a tomar as rédeas do seu próprio futuro e reforça a identificação dos participantes com os resultados do seminário;
- a criatividade, que leva a encontrar e pôr em prática soluções novas.

## Métodos e princípios de trabalho

O seminário do futuro funciona segundo o princípio do «funil», que determina a escolha dos métodos para cada fase de trabalho.

